

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MIRELLA SABRINA MARTINS DA SILVA

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM CAMINHO PARA
RESSOCIALIZAÇÃO

CARUARU

2016

MIRELLA SABRINA MARTINS DA SILVA

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM CAMINHO PARA
RESSOCIALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (CAA), para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria de Barros

CARUARU

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

S586e Silva, Mirella Sabrina Martins da.
Educação em direitos humanos: um caminho para ressocialização. / Mirella Sabrina
Martins da Silva. – 2016.
69f. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Maria de Barros
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, Pedagogia, 2016.
Inclui Referências.

1. Educação. 2. Direitos humanos. 3. Sistema prisional. 4. Ressocialização. I. Barros,
Ana Maria de (Orientadora). III. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-226)



Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Licenciatura em Pedagogia

Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Aluna: _____
Mirella Sabrina Martins da Silva

Título do Trabalho: Educação em Direitos Humanos: um caminho para ressocialização
Monografia () Artigo Científico ()

Data da defesa: 20 de julho de 2016

Orientadora: _____
Profª. Ana Maria de Barros

Nota: _____ ()

Avaliadora 1:

Profª. Ana Maria Tavares Duarte

Nota: _____ ()

Avaliador 2:

Prof. Arnaldo José D. de Barros

Nota: _____ ()

Nota final: _____ ()

Aprovado () Aprovado com correções () Não aprovado ()

Comentários (caso necessário): _____

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao professor Paulo David Amorim Braga (*in memoriam*) que participou dessa minha trajetória acadêmica compartilhando seus ensinamentos, com sua calma, seus risos discretos, com paz e o amor que sua doce presença transmitia. Talvez um dia possamos compreender porque os bons morrem tão cedo, tão jovens...

"Preciosa é aos olhos do Senhor a morte dos seus santos." (Salmos 116:15)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus Supremo e Absoluto, pelo dom da vida, pela sabedoria e inteligência tantas vezes pedida e concebida.

À minha família, pelo carinho e apoio.

À minha orientadora, Ana Maria de Barros, pela força no meu caminhar acadêmico.

Aos professores, pelo apoio e convivência enriquecedora durante o curso de pedagogia na UFPE/CAA.

Aos colegas de turma, pela solidariedade, apoio e crescimento compartilhado.

Às amigas e aos amigos, que não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguns, mas que sabem da sua participação e palavras de incentivo durante essa jornada acadêmica.

Aos meus amores mais recentes Alice minha sobrinha e Miguel meu afilhado.

E especialmente à minha mãe, minha base e o meu alicerce, a qual me incentivou a todo momento e por tantas vezes não me deixou desistir, meu amor, minha gratidão e admiração sempre.

*“Não é possível refazer este país,
democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério,
com adolescentes brincados de matar gente,
ofendendo a vida, destruindo o sonho,
inviabilizando o amor. Se a educação não
pode transformar a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda”.*

Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

CONFINTEA - Conferências Internacionais de Educação de Adultos

DH - Direitos Humanos

EDH - Educação em Direitos Humanos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LEP - Lei de Execução Penal

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PSCC - Presídio de Santa Cruz do Capibaribe

SDH - Secretária de Direitos Humanos

UP - Unidade Prisional

RESUMO

Este trabalho analisa a perspectiva de Direitos Humanos no processo de ressocialização aos sujeitos privados de liberdade, adota como campo de pesquisa o Presídio de Santa Cruz do Capibaribe – PSCC situado no Estado de Pernambuco. Esta investigação se identifica no processo de ressocialização a educação voltada para os Direitos Humanos através da prática educativa nesse sistema prisional. Quanto à discussão teórica empreendida neste trabalho, problematizamos algumas reflexões sobre o sistema prisional, discutimos sobre a perspectiva Freiriana, a educação como processo de conscientização e nos detivemos a decorrer sobre Os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos. Na metodologia utilizamos a pesquisa de campo, envolvendo dados qualitativos. Utilizamos como instrumentos da coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a observação, entrevistas semiestruturadas com professores e coordenador e o diário de campo. Para a análise de dados utilizamos a técnica da análise de conteúdos. Nossos resultados com os estudos nos levaram a compreender que a Educação voltada para a promoção dos Direitos Humanos na PSCC contribui efetivamente para o processo de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade, entretanto, a educação em prisões sofre necessidades emergenciais de reparo nas metodologias, no currículo, na valorização dos profissionais envolvidos, na oferta de material pedagógico elementos que são decisivos para o processo de ressocialização. A educação prisional precisa repensar sua dinâmica pedagógica e organizacional e está voltada para a promoção dos direitos humanos e valorização da dignidade do ser.

Palavras-Chaves: Educação, Direitos Humanos, Sistema Prisional e Ressocialização.

ABSTRACT

This paper analyzes the perspective of human rights in the process of rehabilitation to the deprived of liberty subject, adopted as a research field the Presidio of Santa Cruz do Capibaribe - PSCC located in the State of Pernambuco. This research identifies the resocialization process of education aimed at human rights through educational practice in prisons. As for the theoretical discussion undertaken in this work, we question some reflections on the prison system, discussed the Freirian perspective, education and awareness process and we stopped running on Human Rights and Human Rights Education. The methodology used field research involving qualitative data. We used as instruments of data collection bibliographical research, observation, semi-structured interviews with teachers and coordinator and the field diary. For data analysis we used the technique of content analysis. Our results with the studies led us to understand that targeted education for the promotion of human rights in PSCC effectively contributes to the rehabilitation process of persons deprived of liberty subject, however, education in prisons suffer emergency needs repair methodologies, curriculum in appreciation of the professionals involved in the provision of educational material elements that are critical to the rehabilitation process. The prison education needs to rethink its educational and organizational dynamics and is focused on the promotion of human rights and promote the dignity of being.

Key Words: Education, Human Rights, Prisons and resocialization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3 CAPÍTULO I: Sistema prisional: algumas reflexões.....	14
1.4 CAPÍTULO II: Educação no sistema prisional.....	16
1.5 CAPÍTULO III: Educação Libertadora.....	17
1.6 CAPÍTULO IV: Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.....	20
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS.....	31
3.1 A formação docente e a experiência profissional dos educadores do PSCC.....	31
3.2 O vínculo empregatício e a carga horária do trabalho docente.....	32
3.3 Limites e possibilidades do trabalho pedagógico dentro do PSCC.....	33
3.4 A relação professora – aluno dentro do contexto educacional do PSCC.....	34
3.5 O apoio pedagógico e a formação continuada dos docentes no PSCC.....	35
3.6 Educação e direitos humanos na perspectiva dos educadores do PSCC.....	35
3.7 A formação continuada dos professores do PSCC.....	39
4. DISCUSSÃO DOS DADOS.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	50
APÊNDICE.....	53
ANEXOS.....	60

1 - INTRODUÇÃO

O termo Direitos Humanos tem sido bastante utilizado na última década. Constitui-se enquanto uma das perspectivas da legislação considerando que nesta se configura grandes conquistas da humanidade, que ao longo de toda a convivência humana é permeada por relações de negação dos direitos do outro, através do desrespeito, da intolerância, dos preconceitos seja de raça, religião, opção sexual, entre outros.

Refletir sobre a Educação em Direitos Humanos nos possibilita entender o processo de formação humana a partir de uma perspectiva humanista. Combater preconceitos, criar espaços de reflexão para desenvolver formas de mudar condutas preconceituosas no que diz respeito à diferença, deve ser uma das dimensões do processo educativo que necessitam ser repensadas em sua prática de ensino aprendizagem. Segundo Benevides (2004) a Educação em Direitos Humanos é voltada para o resgate e o respeito à dignidade humana através da vivência de valores como a liberdade, justiça e igualdade.

Pensando na diversidade de áreas e campos que o pedagogo pode e vem atuando, a partir do campo de estágio em movimentos sociais e observando o déficit do curso de pedagogia no que diz respeito à atuação do pedagogo em espaços não escolares a exemplo do “ Sistema Penitenciário” refletimos sobre a importância da educação nesse ambiente e desde então surgiu o interesse por essa temática Educação em Direitos Humanos, visando a oportunidade dar continuidade a minha formação por meio de pesquisa a ser desenvolvida nas linhas de estudo que abordem a educação na perspectiva dos Direitos Humanos e, enxergando neste momento de estudo possibilitado pelo trabalho de conclusão do curso de Pedagogia início para conhecimento desta área de estudo, dessa forma sinto necessidade de desenvolver este trabalho visando conhecer melhor o processo educativo dos sujeitos privados de liberdade no Sistema Penitenciário.

Mobilizada pelo tema, Educação em Direitos Humanos como processo de ressocialização, vários questionamentos e inquietações surgiram a respeito da educação no sistema penitenciário que me levaram a desenvolver essa pesquisa objetivando compreender de que modo esse processo de ressocialização está sendo desenvolvido junto aos sujeitos privados de liberdade.

Por meio da pesquisa de campo pretendemos conhecer a prática educativa de ressocialização de tais sujeitos no Sistema Prisional e identificar se nesta o processo de ressocialização que está sendo efetivado a partir de uma abordagem de educação na

perspectiva dos Direitos Humanos. Sobre considerações foi estruturada essa pesquisa que buscou compreender como a educação disponibilizada aos sujeitos privados de liberdade no Sistema Penitenciário tem possibilitado sua ressocialização.

Nesta visão, o espaço da Educação no Sistema Penitenciário deve buscar criar estratégias pedagógicas onde a ressocialização esteja interligado ao processo de humanização. Santos (2005, p.67) destaca que: “por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”, acreditando na educação como prática de transformação e libertação, assim sendo na concepção dos Direitos Humanos como um conjunto mínimo de direitos que possibilite ao detento ser reinserido na sociedade com dignidade.

Este trabalho foi realizado no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe-PE, tendo como abordagem ser uma pesquisa qualitativa que a partir da investigação de campo fundamentada teoricamente por autores que trabalham a temática educação em Direitos Humanos no contexto dos sujeitos privados de liberdade. Buscamos analisar como é realizado o processo educativo voltado para o Direitos Humanos, visando à reeducação e reinserção dos reclusos de liberdade na sociedade.

Pretendemos com essa monografia responder à seguinte pergunta: Como a educação disponibilizada aos sujeitos privados de liberdade no Sistema Penitenciário tem possibilitado sua ressocialização?

Para responder a essa problemática, definimos os seguintes objetivos para a pesquisa:

1.1 - OBJETIVO GERAL:

Compreender a Educação na perspectiva dos Direitos Humanos no processo de ressocialização disponibilizado aos sujeitos privados de liberdade.

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer a prática educativa de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade do Sistema Prisional.

Identificar no processo de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade à educação na perspectiva dos Direitos Humanos.

Analisar a perspectiva de Direitos Humanos no processo de ressocialização disponibilizados aos sujeitos privado de liberdade no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe.

A pesquisa buscou trazer contribuições para a área da educação desenvolvida no sistema prisional, sabendo da sua importância não só para aqueles que estão submetidos à pena restrição de liberdade, mas também para toda a sociedade, visando à reinserção desses indivíduos e possibilitando melhor convivência em retorno à sociedade.

1.3 - CAPÍTULO I: SISTEMA PRISIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES

O sistema prisional vem sofrendo um aumento considerado de atendimento nas últimas décadas, e diversas são as críticas ao sistema carcerário e muitos são os discursos acerca da sua ineficácia. A prisão surgiu no final do século XVII como objetivo de punir visando privatização de direitos e liberdade, partindo da relação sobre a evolução penal, dos métodos coercivos e punitivos aderidos pelo poder público para repressão dos crimes cometidos, que visa contribuir para os estudos sobre o processo de corrigir e reeducar, visando que estes trazem concepções importantes sobre o surgimento das prisões e falando da relação de poder que vem se transformando, no que refletiu também na mudança da forma de punição.

Segundo Foucault (2007, p.262) o papel das prisões seria “um aparelho para transformação dos indivíduos”. O autor trata a prisão como aparelho de correção, um lugar disciplinador e enfatiza que o punir seria uma forma de reeducar o indivíduo que estaria pagando a sua pena para voltar a ser inserido a sociedade. E sobre isto o mesmo destaca que a prisão se constitui enquanto:

[...] detenção legal [...] encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos. (FOUCAULT, 2007, p.197).

Foucault também aborda a lei penal junto à relação de classes sociais, sabendo que as classes inferiores são os encarcerados e que as classes dominantes são as elites imunes ao sistema de prisões, contudo, nas práticas punitivas, a prisão surge como aparelho de correção, disciplinador, não esquecendo que o punir seria uma forma de tratar e reeducar o indivíduo que pagaria pelo seu crime e seria novamente inserido na sociedade.

Com o surgimento das prisões pensava-se que apenas a detenção iria promover a transformação dos indivíduos que cometesse algum crime, logo se percebe que o processo de detenção por si só não ressocializava e, percebendo o fracasso desse sistema através dos

índices de criminalidade e do processo de reincidência notava-se o fracasso do sistema penal e desde se buscou novos rumos que só a partir dos anos 50 contemplou a educação no ambiente carcerário.

Foucault (2007, p. 224) diz que: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. Conforme Barros:

As reflexões de Michel Foucault contribuíram para ampliação do debate sobre as mudanças nas relações prisionais, estimulando a militância em direitos humanos a descortinar o submundo das violações no sistema penitenciário mundial. Suas ideias impulsionaram muitas reformas na mentalidade de gerenciamento prisional e das políticas de segurança voltadas na mentalidade de gerenciamento prisional e das políticas de segurança voltadas para as prisões, provocando um amplo debate sobre o respeito aos direitos dos reclusos; mesmo que não acreditasse na prisão como instituição disciplinar capaz de ressocializar, ao passo que a sua função é mesmo marginalizar, marcar o prisioneiro, aprofundando-o no universo da delinquência. (BARROS, 2007, p.33).

Desta forma, a sucessão de diversos fatos históricos abordados por Michel Foucault, permite retratar e analisar os acontecimentos discursivo e sua efetivação como prática de poder e saber no contexto prisional atual, mesmo que seus conceitos tenham sido desenvolvidos visando a realidade européia. De acordo com Goffman:

“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001).

O autor acima referido definiu presídios e manicômios, conforme os mesmo certos mecanismos de estruturação de uma instituição determinam a sua condição de instituição total e acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que dela participa sob determinada condição. Cada instituição total tem “as regras da casa”, rotinas diárias e um conjunto de prescrições e proibições que, quando bem aceitos, permite “privilégios e prêmios”, se desobedecidas, geram castigos e suspensões temporárias ou permanentes das regalias.

O sistema Carcerário foi criado no intuito de recuperar e reeducar os detentos e ainda prepará-los para retornar a sociedade, infelizmente isso não ocorre, cada vez mais encontramos presos reincidentes. Podemos ver entre outras coisas no texto de Wacquant (2001) a utilização da cidade como meio de controle e criminalização das populações “indesejadas”. Ciente de que o cárcere visa à retirada do sujeito do convívio social sociedade

normal por ter transgredido alguma lei, contudo o sujeito perde a sua liberdade mais não o direito a educação e alguns outros direitos básicos garantidos por leis. Ireland argumenta que:

Ao privar uma pessoa da sua liberdade, encarcerando-a, pretende-se retirá-la da convivência social normal, retendo-a num espaço criado exclusivamente para mantê-la afastada do resto da sociedade. Quando se priva uma pessoa da sua liberdade, o processo de “compreensão do mundo, de si mesmo, da inter-relação entre os dois” se torna mais problemático. Existem filtros que complexificam uma compreensão da realidade externa que resulta num processo de fragmentação das inter-relações entre o mundo externo e o mundo interno do preso. (IRELAND, 2011, p. 20).

Desse modo é preciso considerar que o processo de privação da liberdade isento de uma medida educativa, acarreta em exclusões que por sua vez irão ser determinantes para o comportamento social do sujeito que praticou alguma infração ou está penalmente em dívida com a sociedade.

1.4 - CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Compreendemos que a educação penitenciária deve ser voltada para o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora do detento, capaz de levá-lo a reflexão e conscientização das possibilidades de escolha e de sua atuação dentro da sociedade. Segundo Freire (1980) menciona o processo de conscientização, que por sua vez deve estar inserido dentro da dinâmica de ressocialização do apenado e sobre este ressalta que:

A conscientização é[...]um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “dês-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. (...) A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constituiu, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (P.26).

Posto dessa forma a educação no Sistema Prisional se torna um importante instrumento para a ressocialização do apenado, Segundo Bitencourt (2001, p. 139) “[...] o objetivo da ressocialização é esperar do delinquente o respeito e a aceitação de tais normas com a finalidade de evitar a prática de novos delitos”.

Santos (2005) em “Ressocializar Através da Educação” dialoga em torno da função do Estado quando sentencia e condena um indivíduo que cometeu um crime. Subentende-se

nesse momento, que o sujeito condenado transgrediu as normas postas pela sociedade, portanto, restringe sua liberdade e o retira do convívio social.

Em tese, após o período de cárcere, esse indivíduo estaria reabilitado e apto a viver em sociedade. No entanto, a autora afirma que esse tratamento penal, ou “reeducação,” fundamenta a ação do Estado inexistente, pois a primeira preocupação do Estado ao receber o condenado é a privação da liberdade e não sua reeducação para retorná-lo à sociedade.

O fato é que o Sistema Penitenciário Brasileiro, por apresentar diversos problemas, como a superlotação, as precariedades das instalações físicas, a falta de treinamento dos funcionários e própria condição social dos presos não estão conseguindo atingir o seu principal objetivo que é a ressocialização dos seus detentos.

1.5 - CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO LIBERTADORA

O direito à educação se constitui enquanto uma das condições básicas mais importante não só para o homem livre, mas também para aquele indivíduo que se encontra privado de sua liberdade, constituindo-se, neste aspecto, como um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reintegração do indivíduo ao meio social. A educação é garantida para todas as pessoas e está direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A constituição federal de 1988 em seu artigo 205 afirma que: “(...) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL/CF, 1988).

O sentido da palavra ressocialização, segundo o dicionário Aurélio (1999) significa ressocializar + ação, ato ou efeito de ressocializar, assim compreendido como voltar em condições de conviver em sociedade, retornar ao convívio social, ou seja, seria resgatar a identidade daqueles que independente dos delitos cometidos, merece ser tratados como “seres humanos”.

Já mencionava Paulo Freire: “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”, e por este olhar considera-se que a educação dentro do sistema penitenciário deve trabalhar com conceitos fundamentais que envolvam a família, o amor, a dignidade, a vida, dentre outros laços afetivos entre que se devem se constituir mediante as nossas relações no mundo.

Estudos afirmam que a criminalidade está intimamente ligada à baixa escolaridade e, ambas, estão ligadas a questão econômica e social. Não obstante, e sem dúvidas, podemos dizer que a educação é capaz de criar a consciência e fazer com que a pessoa privada de liberdade se comprometa com a mudança da sua história.

Sabemos que Freire irá contribuir no estudo de uma educação voltada para a liberdade, à formação da criticidade para a busca da transformação da sociedade, a concepção pelo mesmo apresenta a educação enquanto instrumento libertador e transformador e que esta por sua vez deve considerar que: “A desumanização mesmo que um fato concreto na história não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos”. Freire (2005, p.32)

O humano foi o eixo condutor da proposta Freiriana. Foi em nome do direito a ser mais, que o autor ancora sua discussão a partir de pressupostos filosóficos e políticos centrando-se na relação dialógica e cultural dos sujeitos. Na sua obra *Pedagogia do Oprimido* por sua atualidade frente às sucintas formas de exclusão social e, por sua vez, às limitações no campo do direito e da participação cidadã e ainda em obras como *Pedagogia da esperança* (2001) e *Pedagogia da autonomia* (2002) Freire traz sobre “o direito de ser mais” que desencadeiam valores voltados para autoestima de professores e alunos. E menciona que:

A luta dos educadores não está isolada das lutas sociais, mas em conjunto com os movimentos que vem da sociedade, como uma onda de força, empurrados pelas organizações de base que tencionam o Estado por mudanças. É uma tarefa que requer pensamento crítico, passando pela defesa de que ao fazer a leitura do mundo o ser humano adquire consciência de seu papel social e político, e de sujeito transformador da sua realidade. Assim, defende “o direito de ser mais” como princípio educativo. Respeitar o saber trazido pelo educando como ponto de partida, para que a partir deste seu saber, que é relevante, o educando avance na conquista de novos saberes. Dessa forma, a educação adquire caráter de emancipação humana, de compromisso político e civilizatório. (FREIRE apud BARROS FILHO, 2014, p. 33).

Se há um clamor em torno dos direitos humanos, significa reconhecer a desumanização apontada por Freire como “realidade histórica”. Nas palavras de Freire (1987), os oprimidos devem desvelar o mundo da opressão e se comprometer com sua transformação, em seguida, quando a realidade opressora for transformada, haverá a processo de libertação e complementa: “Esta violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que se vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva” (FREIRE, 1987, p. 44).

O trabalho de Paulo Freire pode ser visto não apenas como um método de alfabetização, mas como um processo de conscientização, Freire deixa-nos mais um referencial para que a educação possa ser repensada, reestruturada, sendo a base para a formação de cidadãos atuantes no convívio social, e nos ensina, mais uma vez, a acreditar e apostar no povo e nos homens.

Para ele o objetivo da educação deveria ser a libertação do oprimido, que lhe daria meios de transformar a realidade social e sua volta mediante a conscientização. Diante disso não poderíamos deixar de usar Freire no discurso da Educação em direitos humanos voltada para o processo de ressocialização.

O foco central da educação libertadora de Freire é o combate acirrado à dominação e opressão dos “desprivilegiados”. Esses podem ser entendidos como os “marginalizados” da sociedade capitalista. Sabemos que a sociedade é marcada pela desigualdade social, resultado pela explosão da economia capitalista o que tem aumentada a exclusão dos menos favorecidos por esse sistema, sendo assim a maioria são privados dos seus direitos básicos e tratados como “lixo humano” e marginalizados, os direitos humanos são garantidos por lei.

Os direitos individuais fundamentais garantidos pela Constituição Federal visam resguardar um mínimo de dignidade do indivíduo. Depois da vida, o mais importante bem humano é a sua liberdade. A seguir, advém o direito à dignidade. Infelizmente, dignidade não é algo que vê com frequência dentro dos presídios. Muitas prisões não têm mais a oferecer aos seus detentos do que condições sub-humanas, o que constitui a violação dos Direitos Humanos.

Sendo assim, se faz necessário uma educação libertadora, humanista voltada para propagação de uma cultura de Direitos Humanos. Segundo Candau:

A educação em direitos humanos deve ser uma prática que proporcione prazer, alegria e emoção. Quando se descobre o valor da vida, sua enorme riqueza e seu potencial de crescimento e criatividade, o coração se dilata. Nos contextos em que se convive com a morte de forma cotidiana, a celebração da vida adquire uma densidade particularmente intensa. Acolher a vida protegê-la contra tantas ameaças, denunciar as violações que se cometem promover a autoestima das pessoas-meninos/as, jovens e adultos -, afirmar e multiplicar as experiências de promoção da vida, tudo isto provoca felicidade e é apaixonante. A dimensão afetiva é um componente imprescindível da educação em direitos humanos. (CANDAUI, 1995, p.62).

Estando cientes que a Educação em Direitos Humanos visa conscientizar e humanizar pelos métodos de ensino promovendo o uso do diálogo como prática de liberdade que visa

desenvolver nos indivíduos uma consciência crítica, participativa, tolerante, aberta para a visão de mundo e atuantes no exercício da democracia e cidadania.

A educação deve contemplar a formação dos sujeitos, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de sua condição atual, o processo de transformação dos sujeitos para que assim possa ser compreendida como processo de socialização e humanização onde os privados de liberdade possam ser integrados ao convívio social de forma digna. Sobre a concepção de educação dentro do sistema penitenciário BARROS FILHO menciona que:

A educação para sujeitos em privação de liberdade deve contribuir com a ressocialização na lógica do empoderamento destes sujeitos, para o enriquecimento das suas necessidades de aprendizagens para a vida, através do pensamento crítico e reflexivo, possibilitando que ele perceba que rompeu com as regras de cidadania, está cumprindo sua pena, mas que retorne a sociedade como cidadão, sujeito de direitos autônomo, crítico e empoderado em suas relações sociais. Este caminho só poderá ser construído quando a Educação em prisões estiver alicerçada nos fundamentos da Educação em Direitos Humanos. (BARROS FILHO, 2014, p.37).

Importa ressaltar que essa educação em direitos humanos visando o processo de ressocialização voltado para afirmação da vida deve ser trabalhada constantemente, permanentemente no Sistema Penitenciário, onde a ressocialização esteja intrinsecamente relacionada ao processo de liberdade e humanização, visando oportunizar ao reeducando seu retorno a social em condições igualitárias para o convívio social.

1.6 - CAPÍTULO IV: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos são considerados direitos fundamentais surgem a partir das lutas sociais contra os poderes constituídos configurando-se a partir do seu nascimento e suas evoluções em diferentes contextos históricos. Em seu contexto temporal apresenta as variações sociais, histórica e política de cada país.

Logo após, a segunda guerra mundial a sociedade estava perplexa com as atrocidades ocorridas, desse modo acentua-se a preocupação com a humanização do direito e, em 1945, os países se reuniram e criaram a Organização das Nações Unidas (ONU) onde tinham como primordial preocupação o indivíduo e a garantia de seus direitos, da restauração da dignidade e o valor da pessoa humana.

Sendo assim, a ONU em resposta as crueldades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial e na tentativa de prevenir novas atrocidades a ocorrerem novamente, criou em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Podemos dizer que dois documentos foram relevantes dando início aos direitos humanos: A declaração dos direitos dos homens e do cidadão da revolução de 1789 e A declaração do estado da Virgínia na Independência América, em 1776, nesses documentos estavam expressos os sentimentos de liberdade e igualdade do povo contra as opressões de seus governos.

Visando criar uma sociedade mais justa, os direitos humanos proporciona aprender e conviver para restaurar uma área social sem distinções. Declarados na Constituição do Artigo 1º ao 10º, os direitos asseguram a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, de expressão e a igualdade, perante a lei, é tudo aquilo que precisa para viver com dignidade.

O Brasil teve uma dificuldade histórica para o avanço dos Direitos Humanos, desde a chegada dos colonizadores portugueses. Mesmo sendo um direito constitucional de todos, alguns “subgrupos” apresentam maiores dificuldades para usufruir os mesmos, sendo eles os LGBTIQ, negros, mulheres, presidiários entre outros.

No nosso país, a história dos Direitos Humanos encontra-se arraigada com as histórias das Constituições. Logo após, o período da ditadura de 1964 que foi instaurado no Brasil, um período marcado por censuras e torturas instaurado por um governo arbitrário e ditatorial. A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi uma grande conquista e redemocratização do Brasil, na qual não podemos deixar de destacar que foi uma conquista dos movimentos sociais que lutaram em busca de seus direitos básicos.

Contudo questionamos: O que são Direitos Humanos? Os Direitos Humanos são os direitos fundamentais da pessoa humana, os direitos que o homem possui pelo simples fato de serem humano, direitos que visam resguardar os valores cívicos, sendo assim, no regime democrático toda pessoa independente de raça, cor, religião, etnia, orientação e identidade sexual devem ser garantidos seus direitos básicos, civis políticos, econômicos, culturais e ambientais e que tem por finalidade o respeito a sua dignidade.

Dessa forma os Direitos Humanos visam promover a vida em sociedade, respeitando as diferenças. Segundo Benevides (2007, p. 336-337) “Direitos humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma [...]. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano”. São direitos fundamentais, reconhecidos no âmbito internacional garantidos pelo sistema social do qual o indivíduo faz parte. É o conjunto de direitos indissociáveis à dignidade do ser humano que asseguram sua liberdade perante o Estado.

Silva e Tavares (2011, p.18) mencionam que: “Os direitos humanos, por sua vez, são aqueles direitos que garantem a dignidade da pessoa, independentemente de sua condição social, de ração, de etnia, de gênero, de opção política, ideológica e religiosa, e de orientação sexual”. São aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções. Garantindo a dignidade da pessoa humana, independente de sua classe social, etnia, religião, gênero, opção política, etc.

Mesmo diante das conquistas, a população não reconhece a importância dos Direitos Humanos; ativistas e militantes que defendem esta abordagem do Direito são considerados enquanto criminosos e marginais pois rompem com lógica vigente que se estabeleceu frente a questões que envolvem a organização social e o humano, sendo assim, a igualdade citada na Declaração Universal dos Direitos dos Homens ainda não ocorre na nossa realidade, pois no pensamento brasileiro os direitos humanos foram transformados nos direitos infratores os quais só estão a favor daqueles que cometem atos legalmente ilícitos.

Observando a necessidade de desmistificação de tais concepções a cerca dos Direitos Humanos, não podemos falar deles de forma fragmentada, direitos dos pobres, dos negros, dos indígenas, dos presidiários, etc. A Constituição Federal de 1988 se destaca como um referencial teórico a qual marcou um período de transição e consolidação da democracia sendo um grande avanço do direito de conquista individuais e sociais.

Na atualidade observamos as disparidades sociais em que a busca desenfreada pelo poder e coisificação das pessoas são tangíveis e, o surgimento da cultura e a Educação em Direitos Humanos podem configurar como possibilidades para transformação dessa realidade.

Cada grupo encontra dificuldades variadas dos seus direitos, seja ele por dignidade, por opção sexual e até mesmo poder obter uma educação de qualidade. A educação nos estabelecimentos penitenciários segue a modalidade do programa EJA (Educação de Jovens e Adultos), porém, o que deveria ser uma alternativa para ressocialização dos internos funciona muitas vezes de maneira precária, sem o devido apoio, seja didático, pedagógico, rotineiro e organizacional e que de modo geral atrapalha na rotina dos presídios que prioriza segurança, disciplina e vigilância.

Outro problema que a educação nas prisões enfrenta são recursos muitas vezes insuficientes, tanto financeiros quanto pedagógicos. Professores inaptos e com resistência para servir em um ambiente tão contrário com a educação, não obtendo estrutura física digna e salários mal remunerados. Quando citamos o direito humano em educação, deduz que seja uma educação igual para todos, mas sabemos que a realidade é bastante contraditória.

Traçando um perfil sociocultural dos jovens e adultos internos visualizaram que: em sua maioria são de baixa renda, pele negra, dependentes químicos, em suma, os excluídos da sociedade. Eles “trocam” a educação por redução de pena, o professor que trabalha nesse ambiente precisa estar preparado para as adversidades da vida e as normas internas do presídio, o que não é nada fácil, pode-se lidar com pessoas agressivas, pejorativas e sem nenhuma vontade do conhecimento e sim apenas no interesse de uma possível redução de pena, observando também que, não é o sistema prisional que se adéqua a educação e sim inverso.

A realização da educação nas prisões pode auxiliar a sua ressocialização, entretanto, não é suficiente para a diminuição da criminalidade, o trabalho tem que ser realizado por todos, Estado, sociedade, profissionais e pelo próprio apenado, todos trabalhando para uma mudança de postura e mentalidade do indivíduo.

A Constituição Federal de 1988 considera os Direitos Humanos, a democracia, a paz e o desenvolvimento socioeconômico como essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, a educação se configura como uma ação essencial que possibilite o acesso real a todos os direitos.

Em 1996, o Brasil torna real o compromisso assumido na luta pela consolidação dos direitos humanos e lança o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH). Em 2002, o PNDH foi reformulado e, em 2010, foi lançado o PNDH-3, que tem um eixo que trata da educação em direitos humanos.

A Educação em Direitos Humanos é assim compreendida conforme o PNEDH:

[...] um processo histórico e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre os direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presentes nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e defesa dos direitos humanos, assim como da reparação de suas violações (BRASIL, 2009, p.25).

Em 2012, o Ministério da Educação aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEH), as diretrizes estão em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, estas tem como fundamento os seguintes princípios: A dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das

diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, a vivência e a globalidade e a sustentabilidade socioambiental.

As conquistas pelos Direitos Humanos iniciam-se pelo campo da educação onde o indivíduo interage com o mundo, o constrói e reconstrói. A Constituição Federal de 1988 de forma inédita recepcionou o ideal de universalização dos direitos humanos ao consagrar o valor da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, além de incluir em seu texto, dentre os princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais, o princípio da prevalência dos direitos humanos.

O respeito à dignidade da pessoa humana é um dos principais fundamentos da Constituição Federal de 1988, no entanto, no sistema penitenciário o seu cumprimento é quase inexistente. A Lei de Execução Penal (LEP) preconiza a assistência educacional como um dos mecanismos possíveis de prevenir o crime e de orientação ao preso para o seu retorno e sua reintegração na sociedade, porém, a assistência educacional não tem apresentado os resultados desejados e pouco tem contribuído, uma vez que a preocupação maior do sistema prisional tem sido a de manter a pessoa presa sem o devido oferecimento dos meios à sua recuperação.

A educação é um dos principais meios para a reintegração social, sendo também um direito fundamental que deve ser garantido às pessoas privadas de liberdade. Contudo, na prática, verifica-se que as escolas em funcionamento no interior das prisões enfrentam sérias dificuldades em relação à falta de recursos humanos, financeiros, técnicos e didáticos o que dificulta a realização do trabalho educativo.

No Brasil, a tentativa de recuperação das pessoas privadas de liberdade tem adquirido novas formas, especialmente a do trabalho e estudo. É nesse espaço institucionalizado de controle, permeado pela imposição da disciplina, que a educação emerge como uma forma alternativa de transformação do indivíduo, com a possibilidade de orientar o seu retorno ao convívio social. Sobre educação em Direitos Humanos, Silva e Tavares mencionam:

Tratar da Educação em Direitos Humanos no Brasil é uma das exigências e urgências para que possamos ter uma formação mais humanizadora das pessoas e o fortalecimento dos regimes políticos democráticos na sociedade. Compreendemos que, por meio da educação, nessa direção as pessoas podem tornasse sujeitos de direitos, conhecedores dos processos e construções históricas das conquistas, avanços e recuos em relação à efetividade e ampliação dos seus direitos e deveres. (Silva e Tavares, 2013, p.50).

A educação escolar às pessoas privadas de liberdade é ofertada por meio da EJA, e se faz presente em quase todos os Estabelecimentos Penitenciários do país, porém funcionando de forma precária, sem o devido amparo didático pedagógico e organizacional que contrapõe à rotina do sistema prisional de priorizar a segurança, a disciplina e vigilância, por outro lado, em alguns casos, as ações da oferta de educação na prisão acabam ficando a cargo das organizações da sociedade civil, por intermédio de projetos sociais. A V Conferencia Internacional de Educação de Adultos (Confinteia) em 1997 em seu Tema VIII voltou-se para a educação prisional no campo específico da EJA: “A educação para todos os adultos: Os direitos e aspirações dos diferentes grupos”.

A oferta da educação escolar nas prisões possui grandes desafios, o principal deles, o de oferecer o ensino a jovens e adultos de acordo com as suas especificidades, pois eles são caracterizados pela riqueza da diferença de cultura e classe social, geralmente oriundos da camada mais pobre da população, na sua maioria formada por pessoas de pele negra, desempregados, dependentes químicos, analfabetos, enfim, os excluídos socialmente. A instalação da educação escolar no sistema prisional pode contribuir com a humanização no cumprimento das penas e com a reintegração social do preso.

Na última década, a educação em direitos humanos vem se consolidando cada vez mais no Brasil, tanto no âmbito das políticas públicas como das organizações da sociedade civil, especialmente a partir do lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (primeira edição em 2003 e segunda em 2006 e uma final em 2007), elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República. Segundo as Diretrizes Nacionais, a educação em direitos humanos tem por base os seguintes princípios em seu ART. 3º:

- I – Dignidade e humana;
 - II - Igualdade de direitos;
 - III - Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - Laicidade do Estado;
 - V - Democracia na educação;
 - VI - Transversalidade, vivência e globalidade;
 - e VII - Sustentabilidade socioambiental.
- (BRASIL,CF/88)

A construção de uma cultura dos Direitos Humanos em diferentes âmbitos da sociedade constitui seu eixo principal. No entanto, se no plano teórico esta articulação foi

sendo conquistada, ainda é muito frágil no âmbito das políticas públicas, da formação de educadores e das práticas pedagógicas.

O marco teórico da Educação em Direitos Humanos encontra-se no artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos é estabelecido o direito a educação que tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Ela traz a importância que os Estados, nações falem, tratem e cuide da Educação voltada para os Direitos Humanos.

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, contínua e global. Segundo, é uma educação com o objetivo de ser voltada para a mudança, e terceiro, é uma de valores e não apenas instruções e transmissão de conhecimentos. (BENEVIDES, 2000, p.10).

Então, assim a educação em Direitos Humanos visa criar uma sociedade justa, e mais humana aprender a conviver com os outros respeitando, e lutar na área social em busca de uma sociedade melhor como todo sem distinções.

A proposta da educação nesses sistemas, além de um direito oferecido por lei, torna-se um instrumento visando à transformação das pessoas, eleva a auto estima e também os qualifica para o mercado de trabalho. Apesar de tudo isso, uma pequena parcela dos detentos estudam, em outros casos, mesmo sendo lei, a educação não chega a ser implementada para eles, por não gostarem de quebrar a inflexibilidade da rotina prisional. Sendo a lei não suficiente para dar, aplicar e corrigir, precisa ser repensando uma correção de aplicabilidade visando contribuir ainda mais para uma vida mais justa e digna, que é o fundamento dos direitos humanos.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de pesquisa coloca diante do pesquisador uma questão recorrente e fundamental, pensar caminhos a serem percorridos que o aproxime dos objetos a serem estudados, que proporcionem observá-los, cercá-los e tentar desvendá-los. Nesse sentido, fomos traçando caminhos para responder as nossas questões iniciais que culminaram o nosso problema de pesquisa. Portanto, Conhecer a prática educativa de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade do Sistema Prisional, Identificar no processo de ressocialização à educação na perspectiva dos Direitos Humanos e Analisar a perspectiva de Direitos Humanos se fazem enquanto principais percursos a serem percorridos nesta pesquisa. Optou-se pela pesquisa qualitativa que traça o caminho investigativo sobre uma dada problemática decorrente de interesses e circunstâncias sociais e que segundo Minayo:

(...) trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis... É o lugar da “intuição”, da “exploração” ... Aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Nesse contexto nossa pesquisa qualitativa se propôs a compreender na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de acordo com Severino de um mergulho no microsocial, olhado com uma lente de aumento (SEVERINO, 2007, p. 119).

Corroborando para alcançarmos todos objetivos específicos utilizamos como instrumento a pesquisa de campo, da qual Severino destaca:

Na pesquisa de campo, o objeto /fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos [...], que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p. 123).

Segundo Gonsalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (GONSALVES, 2001, p.67).

Utilizamos também enquanto técnica de coleta de dados a observação, que de acordo com Triviños:

(...) é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando por exemplo atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudada em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparências e mais profundos, até captar, se forem possíveis, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.

A observação como técnica de coletas de dados foi um instrumento privilegiado na busca de dados para compreensão do nosso problema de pesquisa. No que concerne às vantagens da utilização da observação, Vianna salienta que “A observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em educação. Sem apurada observação, não há ciência” (VIANNA, 2007, p. 12).

Para além da observação foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas, optou-se por tais entrevistas pois estas oferecem as perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, tornando, assim, a investigação mais rica. A entrevista, de um modo geral, é a técnica mais usada nas pesquisas qualitativas. Em sentido genérico, pode-se considerar entrevista todo ato de comunicação verbal. Em sentido estrito é considerada a colheita de informações sobre determinado tema (MINAYO, 1994).

Assim Triviños (2007, p. 146) complementa, apontando ainda a entrevista semiestruturada, sendo:

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas com os profissionais da área educacional do sistema prisional de Santa Cruz do Capibaribe, sendo 5 professores e 1 coordenador. A escola dentro do PSCC foi inaugurada no dia 22 de fevereiro de 2016 e tem 9 professores que lecionam divididos em 3 salas de aula com EJA e um coordenador pedagógico. A mesma funciona em dois turnos manhã das 7:30 às 12 h e a tarde 13:30 às 7h. Atualmente existem 160 alunos matriculados, contudo só frequentam 100 alunos privados de liberdade.

Um dos instrumentos de pesquisa que se fez necessário nessa pesquisa, foi o diário de campo pois o mesmo traz a visão da realidade do que esta sendo observado, sendo um registro a partir da observação do pesquisador. De acordo com Minayo (1994)

...um diário de campo é caracterizado, desta maneira: “...constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais”. (P.100).

Dessa forma para o pesquisador, o diário de campo tem como objetivo registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo de pesquisa. Por meio do registro poderá se estabelecer relações entre as vivências da pesquisa e o aporte teórico dado na universidade e/ou adquirido pelo pesquisador, por seu próprio interesse. Enfim, o diário permite-nos um campo de reflexão de nossas práticas de pesquisa sendo um instrumento de captação de ideias e fatos cotidianos do processo de pesquisa.

Os sujeitos das pesquisas foram os professores e coordenador que atuam no PSCC, a aplicação das entrevistas foram agendadas previamente com o coordenador, as mesmas ocorreram no final do segundo semestre onde os mesmos estavam participando de uma reunião na Escola Estadual no turno da manhã, vale salientar que quatro professores ficaram fora da pesquisa pois o mesmo não compareceram na reunião por motivos particulares não mencionados pelo coordenador, mesmo assim, eles estarão presentes no diário de campo. Foi utilizado um formulário com questões semiestruturadas, empregados nas entrevistas com os sujeitos.

Os professores dessas entrevistas foram identificados por Docentes A B, C, D e E, vale destacar que dois professores são do sexo feminino os outros do sexo masculino. A pesquisa de campo foi realizada no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe – PE, agreste do

Estado, localizado na PE 60, Km 14. A unidade prisional ocupa uma área de 8.000m, sendo 1.473m de área construída onde pretendia abrigar 186 reeducandos, distribuídos em 22 celas. A sua escolha se deu devido a ser um presídio recém-inaugurado com menos de um ano de funcionamento e com menos de seis meses que a escola começou a funcionar, podendo servir de base para futuras pesquisas nessa unidade prisional.

Dando continuidade, em prol ao alcance dos objetivos específicos: usamos a análise de dados ciente da necessidade de elaboração do tratamento do material recolhido em campo e levando ao confronto com abordagem teórica. Sendo assim a análise de dados pode ser entendido como processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu. A análise de dados geralmente denominadas análise de conteúdos como BARDIN (2006), MINAYO (1994) vem conceituar.

A partir da coleta de dados, buscou-se analisar e interpretar as informações. O procedimento metodológico utilizado na interpretação dos depoimentos baseou-se na análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2006, p.42), é: Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria. Bardin (2006, p. 38) refere que a análise de conteúdo consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. ... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Para Minayo (1994, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

3 - ORGANIZAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

3.1 - A formação docente e a experiência profissional dos educadores do PSCC

Para compreender de que modo os docentes enxergam o processo de ressocialização dentro das escolas existentes no PSCC elencamos algumas questões que tinham por finalidade nos direcionar ao entendimento sobre a prática, a reflexão sobre a prática, a avaliação do processo educativo, a relação entre alunos e professores dentro do contexto educacional, também das condições disponíveis para que o processo educativo viesse a ser desenvolvido com qualidade. Tais critérios por sua vez se fizeram enquanto norte para que pudéssemos direcionar o nosso olhar a prática docente, as condições relacionais, interacionais e didático-pedagógicas que se fazem presente de modo atitudinal ou procedimental no trabalho do professor enquanto agente orientador do processo educativo.

De primeiro momento para responder a um de nossos objetivos de pesquisa que consistia em conhecer a prática educativa de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade questionamos os docentes sobre suas respectivas formações profissionais, sobre sua atuação em espaços escolares voltados para reeducar sujeitos apenados, também sobre as condições de trabalho existentes tanto nos aspectos de material e apoio pedagógico quanto nas possibilidades de realizar as atividades docentes com responsabilidade, liberdade e ética.

Desse modo se referindo à formação e experiência profissional os docentes e coordenador pedagógico respondem:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Formação	Formação	Formação	Formação	Formação	Formação
Matemática. Está sendo rica em bagagem; tensa devido a situações já vivenciadas na unidade; estressante devido a outros fatores internos.	Já atuo na educação 9 anos, já lecionei, Filosofia, Arte, Historia, Ciências, Sociologia e Geografia, nas redes municipais e estaduais.	Eu sou formado em filosofia e em pedagogia pela UEPB. Ser professor sempre foi uma meta; um sonho; algo que desejei muito.	Tenho seis anos de atuação na educação como professor na área de humanidades, o que me permite ter uma visão e uma atuação de maior proximidade com os alunos.	Sou formada e pós-graduada em Licenciatura plena em Biologia, minha experiência na educação pública é diversificada, já trabalhei	Sou professor de Língua Portuguesa com Especialização em Avaliação Educacional em Língua Portuguesa pela UFPE, fui gestor de várias escolas nos âmbitos municipal e estadual.

<p>Tem pode atuação (...) primeira vez</p>	<p>Formação Pedagogia.</p> <p>Tempo de atuação Não</p>	<p>Tempo de atuação Não</p>	<p>Tenho formação pedagógica nesta área nos cursos de História e Ciências Sociais.</p> <p>Tempo de atuação Não</p>	<p>em projeto como o Travessia, Ensino fundamental, ensino médio, como também em ensino privado, em cursinho etc.</p> <p>Tempo de atuação Não, está sendo uma nova experiência</p>	<p>Tempo de atuação Não</p>
---	---	--	---	---	--

3.2 - O Vínculo empregatício e a carga horária do trabalho docente

No que se refere à carga horária de trabalho, tempo e vínculo empregatício no sistema de educação pública e estadual mencionam:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
<p>4 meses. Também 4 meses. 40h semanais. Contrato temporário.</p>	<p>Temporária. Tempo de atuação na unidade prisional quatro meses. Carga horaria 40h.</p>	<p>O primeiro ano. 200 horas semanais, professor contratado.</p>	<p>Estou atuando há quatro meses nesta modalidade e já iniciei na unidade prisional de Santa Cruz do Capibaribe. Tenho lá doze aulas (dados) semanais nas</p>	<p>Meu tempo de atuação na unidade prisional é de quatro meses, 4 meses, minha carga horária é de 40h/a semanal, com contrato temporário (CLT).</p>	<p>Primeiro ano, pois a Unidade Prisional foi inaugurada em 2015. Lá tenho uma carga horária de 200h/a e sou efetivo na Rede Estadual.</p>

			turmas de EJA III e IV com as disciplinas de História e geografia e tenho um vínculo através de contrato temporário com o Estado.		
--	--	--	---	--	--

3.3 - Limites e possibilidades do trabalho pedagógico dentro do PSCC

Ainda sobre as condições de trabalho questionamos sobre as possibilidades e impossibilidades para o desenvolvimento das atividades docentes e os (as) professores (as) e coordenador pedagógico afirmaram que:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
<p>Ponto positivo</p> <p>Como pontos positivos eu destaco a confiança que eles, os presidiários, tem para com os professores, e também o respeito.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>O deslocamento; a atuação dos agentes para</p>	<p>Ponto positivo</p> <p>Os educandos prestam atenção nas aulas e tem força de vontade de aprender.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>Falta de material de apoio.</p>	<p>Ponto positivo</p> <p>As descobertas diárias, o ambiente novo, fecundo onde posso me reinventar como profissional.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>Sim, porém não tem frequência, deveria ter mais.</p>	<p>Ponto positivo</p> <p>A constante troca de experiência com os alunos me permite um crescimento considerável no campo subjetivo do conhecimento humano.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>Temos dificuldade de</p>	<p>Ponto positivo</p> <p>Os educandos são disciplinados, consigo concluir com êxito a aula planejada, os resultados são satisfatórios.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>Falta de material pedagógico, estrutura da escola ainda não corresponde.</p>	<p>Ponto positivo</p> <p>Aprendizado constante que moldam o comportamento pedagógico e nos faz refletir sobre as nossas práticas dentro e fora da Escola.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>No momento, acostumar-se com todo um sistema que foge ao olhar da Educação.</p>

com os presidiários.			transporte por ser fora do município (área urbana) e os horários as vezes é prejudicado por conta dos trabalhos internos dos agentes.		
----------------------	--	--	---	--	--

3.4 - A relação professora - aluno dentro do contexto educacional do PSCC

Destacando a relação interacional entre aluno e professor buscamos também questionar como os professores compreendem que se desenvolve o trabalho, a aceitabilidade dos alunos com relação as suas estratégias de ensino que por sua vez necessitam caminhar em consonância com a relação interpessoal entre eles para que haja a motivação, elemento necessário à aprendizagem, assim como menciona Tapia (1999, p.31): O aluno motivado fundamentalmente a aprender tende a perceber as tarefas e realizar como um convite a conseguir algo, um desafio.

Sobre esta condição que infere sobre o processo de ensino os docentes e coordenador pedagógico discorrem:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Relação professor x aluno	Relação professor x aluno	Relação professor x aluno	Relação professor x aluno	Relação professor x aluno	Relação professor x aluno
Excelente. Interesse: Mediano. Os alunos têm muito tempo para estudar, porém, não o fazem. Mas os	Bem, pois o trato com respeito e amizade. Relação com outros As melhores possíveis.	Boa, eles gostam das aulas, seja por que estão aprendendo algo novo, ou pelo simples fato de saírem da cela para ter um contato com outro alguém de	Tenho uma boa interação, mesmo percebendo que boa parte não tem total interesse nos conteúdos. Relação com outros	Tenho uma relação com os educandos, de respeito, amizade; vejo que eles são interessados em Recuperar o	Não respondeu Relação com outros Uma boa relação.

que estudam, na sala demonstram interesse.		fora. <hr/> Relação com outros Um caso complicado. Não existe relação cordial é só por que é o jeito eles nos suportam a contra gosto. Falta dialogo e interação.	Vejo pequenos conflitos, porém todos com prática resolução.	tempo perdido em relação ao aprendizado em sala de aula. <hr/> Relação com outros Somos tratados Com cordialidade.	
--	--	--	---	---	--

3.5 - O apoio pedagógico e a formação continuada dos docentes no PSCC

Em continuidade investigando as condições infraestruturais, o fator formação docente enquanto elemento indispensável para a garantia da qualidade de ensino, questionamos os docentes e posteriormente dialogamos com o coordenador escolar da instituição a respeito da formação continuada desses professores tendo em vista as peculiaridades do processo educativo em um sistema carcerário que se apresenta com limites e possibilidades.

Professores e coordenador pedagógico da instituição respondem sobre a existência de alguma formação que contemplasse a socialização de estratégias que facilitassem o trabalho pedagógico.

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Não ainda não.	Não, pois começamos agora.	Não.	Não, pelo menos até essa data não tivemos.	Sim.	No momento não.

3.6 - Educação e direitos humanos na perspectiva dos educadores do PSCC

Para além de pensar a prática docente enquanto elemento estrutural e condicionante no processo de ensino buscamos analisar que perspectiva de Direitos Humanos se incorporava ao

processo de ressocialização disponibilizados aos sujeitos privado de liberdade no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe.

Desse modo, docentes e coordenador pedagógico destacam suas compreensões sobre o que se considera Direitos Humanos em seguida apontam em suas falas como a perspectiva de educação enquanto direito humano se incorpora a prática pedagógica, que hora eles desenvolvem junto à instituição. Sobre isto mencionam que:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
<p>Compreensão sobre direitos humanos</p> <p>São direitos previstos na CF, mas que muitas vezes não são respeitados, assim como tantos outros.</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Está sim. Desde o respeito a diferenças socioculturais até a diferença de gêneros e identidades de gêneros.</p> <hr/> <p>O trabalho pedagógico e o processo de ressocialização</p>	<p>Compreensão sobre direitos humanos</p> <p>Que todo o indivíduo tem o direito de ser respeitados e serem respeitados por cidadãos.</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Pelo menos no ponto de vista está, pois, os tratos como educandos comuns, ou seja, como se fosse uma escola regular. Os chamo pelo nome, não faço diferença da aprendizagem da prisão ou da escola formal.</p> <hr/> <p>O trabalho</p>	<p>Compreensão sobre direitos humanos</p> <p>São aqueles direitos, básicos e fundamentais a que toda pessoa tem direito. Como a saúde, educação, moradia digna, trabalho, etc.</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Sim, na minha prática docente, com toda certeza. No momento em que debato com eles sobre os direitos humanos os quais todos</p>	<p>Compreensão sobre direitos humanos</p> <p>É a valorização da cultura, das especificidades do ser humano. É o reconhecimento dos valores atribuídos a cada ser social.</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Sim, quando nos comprometemos em, além dos conteúdos pedagógicos, ou melhor, associado a eles, promover</p>	<p>Compreensão sobre direitos Humanos</p> <p>É que cada indivíduo tem deveres a cumprir na Sociedade ao qual está inserido, Logicamente tendo direitos que lhes resguarda.</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Sim, dando Garantia ao ensino, com direito a remissão, etc.</p> <hr/> <p>O trabalho pedagógico e o Processo de</p>	<p>Compreensão sobre direitos humanos</p> <p>Tudo aquilo que nos faz usufruir da liberdade de expressão, de todos os fatores que permeiam a existência de um ser para que ele sobreviva. Traduzo-os em uma palavra: ISONOMIA</p> <hr/> <p>Promoção da educ. na perspectiva dos Direitos Humanos</p> <p>Sim, no âmbito escolar os direitos, respeito e a valorização do nosso aluno é o sustentáculo de tudo.</p>

Sim. Na unidade de SCC tem: Fabrico, escola, eletricista, cozinha, todas com os presidiários.	pedagógico e o processo de ressocialização Sim.	devemos lutar e exigir. O trabalho pedagógico e o processo de ressocialização Bem, eu tento, é meio como nadar contra a corrente. O sistema não ajuda, não contribui. O professor é visto como um inimigo, “espião”.	a interiorização da cidadania em cada um dos nossos alunos. O trabalho pedagógico e o processo de Ressocialização Acredito que ainda estamos em processo de iniciação, mas acho que nossas práticas facilitam nesse processo.	Ressocialização Sim, através do ensino-aprendizagem, motivação, atividades onde é trabalhado as Habilidades de cada educando.	O trabalho pedagógico e o processo de ressocialização Sim, usando todos os mecanismos pedagógicos e lúdicos em sala e no banho de sol.
---	---	---	--	---	--

Entender sua própria prática e apontar enquanto avaliação do processo possíveis resultados provenientes do trabalho de ressocialização que docentes e equipe gestora e pedagógica desenvolvem também foi questão estruturante de nossa pesquisa e dessa forma questionamos aos docentes e coordenador pedagógico a respeito dos resultados que estão sendo obtidos e dessa forma respondem qual a importância do trabalho que desenvolvem e de que modo o trabalho pedagógico tem sido materializado em resultados que inferem e contribuem para o processo de ressocialização dos apenados.

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Contribuição e importância do trabalho					

desenvolvido	desenvolvido	desenvolvido	desenvolvido	desenvolvido	desenvolvido
<p>A importância de reinseri-los na vida em sociedade.</p> <p>Objetivos: Participar diretamente dessa inserção, e atuação como protagonistas.</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>Importante. Tem muitos deles que dizem que voltarão a estudar.</p>	<p>Para mostrar a sociedade que os apenados têm direito de serem resgatados, da vida que levam até então e inseri-los de novo a sociedade. Além do mais devem ser vistos como cidadão, que tem</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>Tratando-os como seres humanos, o incentivando a aprendizagem, e como devem tratar seus companheiros com respeito.</p>	<p>Ah, sem dúvida é um desafio gigantesco, com frutos a serem colhidos no longo prazo. Tudo ainda é muito novo. Mais os meus objetivos são os melhores, no sentido de contribuir com a sociedade. Sobretudo com os presos, na vida social.</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>É como falei é complicado a realidade de lá é outra muito diferente. Existe muita violação de direitos humanos. Isso às vezes choca, não podemos falar tudo que presenciamos. É complicado</p>	<p>Acredito que é de muita importância para a reintegração do aluno no seio da sociedade por isso visamos sempre a formação cidadã dos alunos nos nossos conteúdos.</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>Quando conciliamos o conteúdo pedagógico com a interação com os alunos e na troca de experiência podemos orientar as futuras praticas dos nossos alunos.</p>	<p>Minha Contribuição tem sido como trabalho de formiguinha. Devagar e sempre.</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>É importante por que estamos trabalhando a Identidade do indivíduo; com o objetivo que ele reflita o seu papel como agente Transformador de sua própria história. Meu objetivo Transformador de sua própria história. Meu objetivo é Conseguir trabalhar o lado humano de cada um.</p>	<p>Levar ao reeducando uma visão de resgate dos valores intrínsecos no ser humano e buscar inserir no contexto social um novo ser.</p> <hr/> <p>A ressocialização e os Possíveis resultados parciais</p> <p>O olhar do professor e sua contribuição humanística a qual causa um grande impacto no reeducando.</p>

		mais ressocialização na prática.... Não.			
--	--	---	--	--	--

3.7 - A formação continuada dos professores do PSCC

Além de entender a importância e as condições de trabalho elencamos questões aos docentes referente à formação continuada e a possibilidade de novos espaços de formação para que pudesse desenvolver melhor o seu trabalho e aprender a lidar com a dinâmica da instituição criando modos de realizar o trabalho docente adaptado à realidade ética do processo de ressocialização. Assim os docentes e coordenador pedagógico foram questionados em nossa pesquisa a respeito da existência tais espaços para dar continuidade à formação e sobre isto ressaltam:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Sim. Não sei a frequência.	Não respondeu	Sim, porém não com frequência, deveria ter mais.	Tem formação trimestral, mas não é específica para a realidade local.	Sim, tivemos uma formação no mês de maio, junho e a terceira em agosto.	Não.

Sobre o apoio pedagógico e o incentivo a desenvolver o trabalho docente na instituição os docentes mencionam que:

DOCENTE A	DOCENTE B	DOCENTE C	DOCENTE D	DOCENTE E	COORD. PEDAGÓGICO
Incentivo	Incentivo	Incentivo	Incentivo	Incentivo	Incentivo
Não se deu escolha. Ou era aquilo ou não era. Não participei de formação para	Foi uma proposta e por necessidade aceitei. Até o momento estou gostando.	Eu fui convidado pela diretora, topei o desafio e aqui estou. Querendo mudar a realidade dura daqueles	Por ser uma Escola nova e Dentr o de uma unidade recém-inaugurada não Houv e formação	Recebi a proposta da direção da escola, não participei de nenhuma formação.	Fui o primeiro professor a manifestar o interesse. Não houve de início formação, mas

<p>atuar em unidades prisionais antes do início das aulas. Foi oferecida uma depois que iniciou, mas não participei.</p> <hr/> <p>Apoio pedagógico</p> <p>Em partes. Nunca foi dado as OTM's, por exemplo.</p>	<p>Apoio pedagógico</p> <p>Não respondeu.</p>	<p>reeducandos. Não de início, hoje em dia participo.</p> <hr/> <p>Apoio pedagógico</p> <p>Sim, um apoio além de tudo humano, bem como debates, palestras e elaboração de planos de ação.</p>	<p>antecipada de professores para atuar na unidade pois soma um anexo de uma escola estadual.</p> <hr/> <p>Apoio pedagógico</p> <p>Às vezes. Temos material pedagógico, porém falta estrutura e formação para atuação local.</p>	<p>Apoio pedagógico</p> <p>Temos sim, apesar de estarmos em fase inicial na unidade prisional, o coordenador está dando suporte.</p>	<p>atualmente já participamos de uma na GRE.</p> <hr/> <p>Apoio pedagógico</p> <p>Temos. A equipe gestora nos dá todo suporte necessário.</p>
---	--	--	---	---	--

Por fim, diante das categorias formação profissional, formação continuada, identidade profissional, condições de trabalho e planejamento, avaliação e reflexão da prática pedagógica e docente especificamente dentro do sistema penitenciário traremos a discussão dos dados aqui elencados frente ao que a literatura em direitos humanos nos possibilita dialogar sobre a educação enquanto direito do indivíduo.

4 - DISCUSSÃO DOS DADOS

Entender a educação enquanto direito é acima de tudo reconhecer princípios básicos para valorização da vida, do humano, da necessidade do conhecimento enquanto ponte mediadora entre o homem e as coisas, entre o homem e os outros homens no mundo em que ele idealiza, ele se torna, ele se reinventa enquanto Ser, dessa forma a nossa pesquisa consistiu em instrumento de formação para nos esclarecer que a Pedagogia não pode deixar de considerar essa dimensão ideológica que faz parte do humano e não por sua vez não está separada do processo educativo que por sua vez também é permeado de diferentes perspectivas políticas, levando em consideração a pluralidade de ideias existentes na sociedade e as diferentes de formas de enxergar e de fazer o conhecimento, patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Mesmo diante das contradições existentes, consequência dessa diversidade há consenso de que independente dos meus ideais, a democracia, a liberdade, o direito e a garantia à cultura de paz para preservação da vida devem ser os objetivos que norteiam toda e qualquer decisão que do ponto de vista sociológico envolva a sociedade e indivíduos em suas condições individuais e coletivas.

É complexo apontarmos um caminho, uma receita, uma forma de garantir que todos estejam satisfeitos e felizes com um modelo de nação, contudo, é justamente para mediar os conflitos e garantir a organização social que o direito se instala, sendo aquele que deve garantir os valores éticos, morais e cívicos que desde então se reinventam ao longo dos anos.

Os Direitos Humanos trazem dentro da perspectiva da legislação uma nova forma de enxergar a condição humana. Para além de ser uma perspectiva do direito que se reinventa, trata-se de uma concepção humanística, um olhar humano sobre o humano o que contradiz por vezes algumas legislações a nível mundial que ainda são implementadas sob barbárie garantindo condições de degradação e desvalorização a vida.

É necessário pensarmos que a sociedade, os fatos sociais se reinventam e se a mudança é o fator determinante da vida que ela seja assegurada de modo que a liberdade de expressão humana se faça por meio da garantia da paz e do bem-estar de todos.

Nesta pesquisa foram traçados alguns objetivos metodológicos para que desde então pudéssemos compreender de que modo os espaços de ressocialização desenvolvem o trabalho educativo, fomos norteados pela concepção de que a educação enquanto direito tem por

responsabilidade servir para o cidadão apenas enquanto instrumento para sua reinserção social, sendo ponte para que este reinvente seu modo de ser e estar no meio social.

Enquanto professores (as) e pedagogos (as) em formação carregamos a utopia de encontrar na escola possibilidades para as diferentes transformações sociais necessárias frente aos conflitos que a falta de conhecimento, a desigualdade e as diferenças acentuam, contudo, nosso olhar não ignora as limitações que o próprio setor educacional possui para que venha realizar um trabalho que possa apresentar resultados qualitativos.

Conforme Garrido (2002) no atual modelo econômico a escola cumpre a função de fortalecer os ideais e o lucro do capitalista servindo de instrumento de domesticação das classes menos favorecidas e afirmando o poder econômico, político e cultural das classes hegemônicas. Garrido ressalta que:

Pelo conhecimento (ciência, técnica e arte) o homem adquire os instrumentos necessários para transformação/apropriação da natureza, em seu benefício. Na sociedade capitalista, a diferença deste processo de transformação/apropriação da natureza é no sentido de garantir e manter o benefício para minoria dominante, em detrimento e pela expropriação da maioria dominada. Assim, manter a classe dominada na ignorância dos mecanismos que a tornam dominada, dentre os quais o conhecimento, constitui uma estratégia para a manutenção da dominação. (P.11).

Dentro desse contexto surgem alguns questionamentos que por sua vez nos direcionam a pensar a postura do Estado enquanto aquele que de acordo com a legislação deve garantir o acesso ao conhecimento, o direito à educação e desde indagamos como tem sido o acesso à educação no campo da ressocialização dos apenados, e conforme De Carvalho (2004) questões estruturais no campo das políticas públicas educacionais para ressocialização dos apenados inferem de forma negativa no processo de reabilitação dos reeducandos e sobre tais condições argumenta:

O Estado brasileiro não investe nas prisões para reintegrar os presos, investe apenas para aumentar a sua capacidade, assim há falta de vagas para as atividades de trabalho e educação, como também não existem grupos que auxiliem os consumidores de drogas. (DE CARVALHO, 2004 apud BARROS FILHO 2014, P.15).

A ausência de investimento repercute no processo educativo de modo que as prisões assumem características de espaço apenas para penitência, correção, ajuste, pagamento de uma dívida social, acerto de contas e a perspectiva humanitária que por sua vez sensibiliza o reeducando se torna algo inexistente no processo. A via da penalização apenas como acerto de contas desconsidera elementos relacionados as desigualdades sociais que perseguem a história

socioeconômica do nosso país e que de acordo com Ivo (2008) se faz enquanto “herança” brasileira e por sua vez responsável pela acentuada desigualdade do nosso país.

O novo se instala, contudo, o resquício de um passado de escravidão condena e mantém de modo oscilante a desigualdade de classes que por sua vez repercute na qualidade de vida dos indivíduos e sobre isto o autor acima referido destaca:

No Brasil a reprodução das desigualdades sociais e da pobreza é herança “[...] da inserção precária de trabalhadores no mercado de trabalho urbano-industrial; da seletividade de acesso às políticas de proteção em situações de atividade e inatividade; e da insuficiência de renda, mesmo para os trabalhadores da ativa [...]”. Esse aspecto, especialmente a partir de 1990, é agravado pela reestruturação produtiva, que dissemina inúmeras formas de desigualdade e vulnerabilidade social. (IVO, 2008 apud BOIAGO,2012; NOMA,2012).

Dessa forma entender a educação no Sistema Penitenciário exige do educador e de quem desenvolve políticas públicas educacionais, de quem pensa o currículo e a formação dos apenados consciência de sua realidade social entendendo que em sua maioria são vítimas de um sistema econômico que financia e estimula a vulnerabilidade que por sua vez é a maior causa da criminalidade no nosso país.

A formação docente pautada pela politização do educador certamente irá esclarecê-lo da realidade existente em espaços de formação como os presídios, também permitirá ao educador um olhar reflexivo frente as condições de trabalho e importância de conteúdos e atividades que possam ressignificar a sua condição humana, para isto é preciso que o professor tenha consciência de que os conteúdos estão para além de um processo metacognitivo e que devem estar em função da realização do indivíduo enquanto sujeito social.

Os professores possuem formação que correspondem a áreas específicas do conhecimento, História, Letras Filosofia. Entendemos a importância dos conhecimentos que as referidas áreas apresentam sobretudo quando entendemos que o processo de letramento dos apenados deve estar acompanhando de áreas do conhecimento que também o possibilite realizar a leitura do contexto social em que está inserido e desde então eis a importância do diálogo entre as referidas disciplinas.

Contudo, a politização, a conscientização, a responsabilidade social do sujeito conforme Freire menciona está condicionada a essa educação libertária que o mesmo apresenta em seus escritos sobre “Educação como prática de liberdade”. Se a escola é capaz de desenvolver mecanismos de ensino que oriente o sujeito a essa liberdade que assume em sua postura a condição de responsabilidade consigo e com o mundo, estão, eis o caminho para

ressocialização, considerando que o processo de conscientização assim como a cultura é experimentado e consolidado como modo de ser e estar no mundo coletivo respeitando as liberdades individuais dentro dos princípios éticos e morais que garantam o bem-estar social.

A instituição não apresenta em seu quadro poucos profissionais pedagogo e mesmo considerando a formação que os professores possuem existe a necessidade de alguém para mediar o processo, também garantir o que ainda não existe na instituição: a formação continuada dos docentes que lidam com outra realidade educacional e que de acordo com Pimenta (2004) se faz enquanto função do profissional pedagogo. De acordo com a mesma apenas esses espaços de formação continuada, onde existe a socialização dos saberes que cada professor carrega será capaz de possibilitar a inovação da prática e a reflexão sobre o processo educativo que se desenvolve naquele grupo. Pimenta (1997) argumenta que:

Os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre a pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas, confrontando-os. É aí que se produzem saberes pedagógicos, na ação. (P.10).

Embora delimitados pelo espaço de tempo e pelas condições tanto de disponibilidade de um profissional que didaticamente pudessem os orientar, os professores argumentam que o trabalho desenvolvido na instituição tem possibilitado a reflexão e pessoal e entre eles a quem mencione que a experiência enquanto docente tem permitido crescimento considerável no campo subjetivo do conhecimento humano. O professor por sua vez destaca um fator de grande relevância quando se fala da tarefa de ensinar, pois o próprio Freire (1987) já mencionava: “Os homens não se educam sozinhos, os homens não se libertam sozinhos, os homens se educam e se libertam em comunhão. ”

Partindo desse pressuposto Freire destaca que a nossa subjetividade dialoga com as subjetividades do outro na medida em que enxergo o processo de humanização caminho para minha libertação pessoal que está condicionada a libertação do outro e isto se faz evidente no processo de ensinar e aprender que se configura na instituição, pois, como os próprios professores mencionam ao ensinar aprendem e também repassam valores que estão para além dos conhecimentos pedagógicos. Freire (1987) destaca:

Se o mundo é o mundo das consciências intersubjetivadas, sua colaboração forçosamente há de ser colaboração. O mundo como mediatizo a originária intersubjetivação das consciências: O auto reconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro; no isolamento, a consciência modifica-se. A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo de humanização. Reencontra-se como sujeito e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico. (P.9).

A relação de respeito é algo que se destaca na fala dos educadores, de acordo com eles, os alunos são receptivos e os conflitos são resolvidos sem maiores constrangimentos, é que por sua vez é significativo na medida em que surge a necessidade de que esta interação entre aluno e professor seja garantida, pois, conforme Tapia (1999) a motivação relacional é um dos princípios básicos para que a prática docente possa garantir a qualidade do processo educativo.

Os docentes afirmam que a falta de material pedagógico é um elemento que prejudica o processo levando em consideração que esse material pode garantir ao professor o aperfeiçoamento das situações de ensino que se faz necessário sobretudo por ser tratar de uma escola em que a delimitação de tempo, espaço e outros fatores organizacionais modificam e até podem diminuir a qualidade do processo educativo.

Mesmo com todas as limitações os professores admitem que se aproprie de situações lúdicas, rodas de conversa e alguns até mencionam que “como trabalho de formiga” trazem sua contribuição para o processo de ressocialização. Destacam que reeducar os apenados seja tarefa apenas restrita ao professor, também que essa seja tarefa fácil, mas que tem seus aspectos positivos considerando que a instituição é recente e o trabalho ainda é iniciante para todo o grupo.

Questionamos se os docentes conseguem perceber resultados sendo materializados à respeito do processo de ressocialização e mencionam que sim, pois já percebem a dedicação nas tarefas escolares, a concentração para realização dos trabalhos que lá existem e dessa forma avaliam que os comportamentos mais agressivos vão sendo substituídos por condutas que indicam a vontade de cumprir a rotina que por sua vez é estabelecida para garantir a “ordem” e o mínimo de acompanhamento que os funcionários em suas limitações podem oferecer.

Quando questionados sobre o que se configura enquanto direito humano e se esse modelo de educação que eles implementam se garante por meio da perspectiva humanística os educadores reconhecem a perspectiva humanizadora atribuindo o respeito, as condições de vida, as garantias dos direitos básicos, “ o valor atribuído a cada ser social”, a liberdade de expressão enquanto características inerentes aos Direitos Humanos, e, se referindo a condição humanística da instituição para reeducar o sujeito privado de liberdade mencionam que a condição humanística se faz porque tais valores por eles citados a exemplo do respeito as diferenças sócio culturais, respeito a diferença de gênero, o respeito aos diferentes níveis de aprendizagem, a realização do debate sobre o reconhecimento dos direitos e deveres, tudo isto

para eles se constituem enquanto ponte para o processo de humanização no percurso de ensino-aprendizagem e que conseqüentemente se configura enquanto direitos humanos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve enquanto objetivo compreender a Educação na perspectiva dos Direitos Humanos no processo de ressocialização disponibilizado aos sujeitos privados de liberdade. Nossos objetivos de pesquisa nos direcionaram a um estudo comprometido com a análise do contexto em que a educação para os sujeitos apenados se configuravam e dessa forma nos detivemos a compreender os limites e as possibilidades ali existentes.

Os educadores lidam com situações que cotidianamente estão presentes tanto nas escolas regulares quanto nos demais espaços em que se configuram a educação escolar, dessa forma agrava-se a dinâmica de trabalho considerando que a educação desenvolvida nas prisões se adapta a conjunto de normas que fazem parte do regime da instituição em que se encontram aqueles que estão privados de liberdade.

Para além de se manifestar em tempos e espaços diferentes os reeducandos carregam consigo problemas motivacionais que os impedem por vezes de enxergar na escola perspectivas de um futuro melhor, contudo, o trabalho que se desenvolve dentro da instituição busca de modo ainda precário incentivar os alunos, leva-los a se dedicar à tarefa e os docentes desde então afirmam que resultados positivos já começam a surgir dentro do pequeno espaço de tempo que a instituição existe.

A formação que se dedique a auxiliar o professor de modo continuado não existe, contudo, os educadores trazem consigo conhecimentos pedagógicos que adquiriram em outras experiências e dessa forma adapta à sua prática para que desde então contribuir com seus alunos.

Quando os professores destacam consciência frente a condição humana dos apenados, por vezes de seu histórico social e entende que as oportunidades são capazes de modificar a postura que aquele indivíduo assume, percebemos que o processo de ressocialização se torna mais humanizado pois, desde então existe um olhar ético que respeita o outro em suas limitações e entende que a mudança é possível.

Contudo, as análises nos levam a perceber que o processo de ressocialização no Brasil perpassa por sérias condições estruturais do ambiente físico, das promoções de atividades que possam garantir a ocupação do tempo trabalho, lazer, cultura, educação entre outros fatores que são determinantes quando se fala da formação humana do sujeito social.

A ausência de recursos delimita o trabalho pedagógico e a realidade de precariedade do sistema se repete na medida em que as condições necessárias para ressocialização não estão disponíveis.

Dessa forma é possível concluirmos esta pesquisa conscientes de que a educação na perspectiva dos Direitos Humanos necessita ser repensada pelos órgãos públicos que ignoram a atenção necessária ao processo educativo dos sujeitos privados de liberdade.

Portanto, não se configura uma questão que se restringe ao trabalho pedagógico, pois, este dentro das condições possíveis os docentes tentam garantir que a escola seja de alguma forma instrumento de ressocialização, contudo, as políticas públicas educacionais estão ausentes no campo da formação docente continuada, da manutenção do material de apoio pedagógico, na disponibilidade de profissionais com especialidade no trabalho de orientação do professor, com a disponibilidade de materiais que aproximem os reeducandos dos saberes inerentes á formação humana, tais como leitura, escrita, entre tantas outras habilidades que estão as ciências exatas, humanas e sociais que devem estar presentes na escola.

O processo de ressocialização, portanto, não é tarefa simples que possa acontecer ao descaso, o compromisso e a responsabilidade social com estes sujeitos devem vir para que a educação se efetive enquanto Direito; a sociedade só poderá usufruir das benesses do processo de ressocialização de um apenado, quando esta entender o compromisso que temos coma condição humana do outro, o compromisso de com aqueles que estão privados de liberdade e acima de tudo entendermos que a nossa existência nos condiciona a existência do outros e que, portanto, não posso desconsiderar dado problema social.

Por fim, estamos a caminho de uma escola humanizadora dentro do PSCC, contudo, não podemos permitir que o professor assuma esta responsabilidade sozinho, muito menos que o Estado se isente de garantir que os sujeitos apenados passaram por aquele espaço de ressocialização e tiveram oportunidade suficientes para refazer a sua condição de ser e estar em um mundo onde este não é apenas réu, também vítima de um sistema econômico que degrada a vida e as relações humanas.

Dessa forma, buscando conhecer a prática educativa no processo de ressocialização do PSCC, podemos afirmar que do ponto de vista do trabalho docente existe um esforço no campo da dedicação profissional para que o trabalho de ressocialização aconteça, contudo, as condições estruturais desumanizam o processo na medida em que a escola ali existente não apresenta em ação um projeto-político- pedagógico que contemple um currículo diferenciado, uma proposta didática coerente a realidade dos reeducandos, um modo de por meio da educação tornar o processo de reeducação dos sujeitos instrumento de apropriação de saberes

que modifiquem a sua condição humana e lhe acrescentem valores culturais que dignifiquem a sua identidade enquanto sujeito social.

Existem avanços, mas, estar por se fazer uma educação comprometida com a conscientização desse sujeito, valorização da sua condição humana e aperfeiçoamento de estratégias de ensino que possam afirmar que esse processo de ressocialização está sendo garantido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROS, Ana Maria de. **Fé, Política e Prisão**. Pastoral Carcerária e Administração Prisional - Um Estudo na Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru – PE. [Tese de doutorado]. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. 1v.
- BARROS FILHO, Armando Dantas de. **Educação física e direitos humanos em prisões: uma análise das ações de educação física e esporte na educação de jovens e adultos em privação de liberdade**. [Dissertação de mestrado]. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- BENEVIDES, Maria Victória; SOUZA JUNIOR, J. G. **O Eixo Educador do Plano Nacional de Direitos Humanos**. Revista Direitos Humanos, v. 5, p. 22-25, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victória. **Educação para a democracia**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 38, p. 223-237, 2004.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BOIAGO, Daiane Letícia; NOMA, Amélia Kimiko; **Políticas públicas para educação prisional pós1990: análise dos principais documentos normativos**. Disponível em: www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/010.pdf
- BRASIL. Constituição Federal. São Paulo: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.
- _____ Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____ Ministério da Justiça/ Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Brasília, 2009.
- _____ Ministério da Educação/ Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Brasília: CNE/CEB, 2010.
- _____ Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. Dados do INFOPEN 2013. Brasília: DEPEN/MJ, 2013.

- _____. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Brasília, 1992.
- _____. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, sociais e culturais. Brasília, 1992.
- _____. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 1. Brasília, 1996. 138
- _____. Ministério da Justiça. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal.
- _____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDHPR/MÊS/UNESCO, 2007.
- CANDAU, Vera Maria e outros **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos** Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 6ª e. Rio de Janeiro: Coleção Leitura, Paz e Terra, 2002.
- _____. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. Educação Como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 17. e. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- _____. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação. São Paulo: Moraes: 1980.
- GIL, Antônio Carlos. Método e técnicas de pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios, **Em aberto**, Brasília, v24, n.86, p. 19-39, nov, 2011. [Dossiê Educação em prisões, organizado por IRELAND, T. D.].
- MINAYO, Maria Cecília de Souza **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ONU. Conferência Mundial dos Direitos Humanos. Viena, 1993. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em 10 jun. 2016.
- PIMENTA, Selma Garrido; **O pedagogo na escola pública**. Edições Loyola, 1991
- PIMENTA, Selma Garrido **Formação de professores - saberes da docência e identidade do professor** –Disponível em: Nuances- Vol. III- setembro de 1997

SACAVINO, Susana Beatriz; CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos. Temas, questões e propostas.** 1ª. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2008. v. 2000. 168p

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial.** Curitiba: ICPC, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Ed.Cortez, 2007.

SHILLING, Flávia (Org.) Prefácio: Maria Victoria Benevides. **Direitos Humanos e Educação - outras Palavras, outras Práticas** São Paulo, Cortez Ed. 2005.

SILVA, Manoel da Conceição. **Reeducação Presidiária: a porta de saída do sistema carcerário.** Canoas: Ulbra, 2003.

SILVA, Aida; TAVARES, Celma. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, p. 13-24, 2011.

_____. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013.

TAPIA, Jesús Alonso, FITA, Enrique Cartula; **A motivação em sala de aula- o que é, como se faz.** Edições Loyola, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948. Brasília, 1998.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 108 p. (Série Pesquisa, v.5).

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

APÊNDICE

DIÁRIO DE CAMPO

No primeiro dia de estágio, fui conversar com o diretor do PSCC que começaria os estágios que antes já tinha solicitado a autorização do mesmo, ele pediu para relembrar os objetivos da pesquisa e perguntaram quais matérias eu precisaria entrar com eles na escola dentro do presídio e restringiu a entrada de celular, no entanto já estando cientes de algumas normas disse que só iria precisar de caneta e um caderno. Logo após fui para a escola conversei com alguns professores, entrei em uma sala de aula me apresentei aos alunos e fiquei entre eles observando, nesse dia observei mais a estrutura das salas todas as cadeiras novas, o quadro muito pequeno o professor escreve um pouco para, depois apaga e recomeçam, os alunos mostraram se bastante curiosos com minha presença e os outros alunos das outras salas iam lá me observar, um professor perguntou se eu tinha coragem para lecionar lá e eu disse que sim, os livros usados pelos alunos são os mesmo fornecidos na escola formal dos EJAS e os cadernos e lápis cedidos pelo governo. Ao sair da escola andamos fomos à cozinha, a estrutura e os materiais, moveis são todos novos e bem cuidados os próprios privados de liberdade que cozinham, cuidam da limpeza, etc.

No dia 07 de junho de 2016 foi o meu segundo dia de estágio no presídio de SCC, três professores chegaram e espera na recepção até estarem tudo certo para eles entrarem. Logo após uns 10 minutos são autorizados a entrarem, entram para a escola conversam um pouco e cada um se direciona pra uma sala e iniciam a aula. Acompanhei um dos professores para a sala e me sentei em uma cadeira dos alunos um dos privados de liberdade (um dos que vivem andando livremente lá no presidio e que trabalham lá dentro, eles também usam uma camisa azul diferenciada dos outros privados de liberdade) abrem os pavilhões e logo os alunos entram nas salas. Tinha apenas oito alunos nessa sala, as salas são pequenas e os quadros também. O professor escreve um texto de Ciências falando sobre os dentes e um questionário, os alunos leem silenciosamente e tentam responder outros perguntam aos colegas algumas perguntas, logo após o professor corrigem a atividade de alguns que foram a seu birô. As 15:50 teve o intervalo onde eles merendam pão e iogurte, depois de uns 20 minutos e o professor escreveu uns problemas de matemática no quadro e depois leu os problemas com eles os alunos se mostraram mais envolvidos nos problemas matemáticos do que no outro conteúdo de ciências sobre os dentes. Nas conversas informais no horário do intervalo o professor e os alunos destacam o tratamento desumano que é vivido dentro do presídio, por exemplo, a falta de água **uma garrafa de água de 2 litros é dois reais, se não tiver dinheiro tem que beber de outra água** (fala do aluno), vale ressaltar que dentro das salas ou na escola não

existe filtro ou qualquer tipo de água ofertado para os alunos. O professor disse que já solicitou filtros: *Já solicitei filtros, mas eles nunca trouxeram diz que faltam garrafões* (fala do professor). Os alunos também citaram um tipo de penalidade que sofrem dentro dos pavilhões *“ficamos cansados de estarem naquela posição”*, *Eles chegam e temos que ficar assim sentados de cabeça baixa, tem que para o que estamos fazendo se tiver tomando banho, comendo tem que parar e for logo”*(alunos), o professor pergunta *“você ficam nus? Não sem blusa, mas se for outro todo mundo fica nu*. Ainda falaram das condições sociais e da falta de oportunidades. *“É difícil se tivéssemos oportunidades, mas não temos emprego o jeito é roubar.”* O professor passa uma atividade para casa e diz: *para vocês fazerem em casa. Em casa professor (risos) na cela*. Os professores ainda destacam do tratamento dos agentes que revistam todo o seu material e reclamam.

Terceiro dia de estágio, a aula foi iniciada as 9 hs a professora entregou uma atividade xerografada para formar palavras observado os números indicados, os doze alunos fizeram a atividade podemos observar que uns tem maior facilidade e outros procuram os colegas para olharem a atividade deles. Logo após, a professora entrega uma folha com um coração com um lado em formato de mulher e outro de homem para eles pintarem e escreverem algo, pois domingo seria dia dos namorados e disse que eles poderiam entregar para suas companheiras. Alguns disseram que não sabiam escrever e pediram para me escrever algumas mensagens românticas bonitas perguntei o nome das companheiras deles e escrevi para alguns os quais disseram que não sabia escrever. Depois, a professora pede para abrirem o livro para fazerem atividades os que não trouxeram o livro, ela escreveu no quadro para eles escreverem no caderno. Foi observada a saída de alguns alunos para fumar na hora da aula. Não podemos deixar de citar que eles sempre trazem a sua bagagem a suas vivencias para a sala, falando um pouco sobre as suas situações conversam entre si e com a professora, o andamento de processos, vivencias no presídio e sobre o tempo que ainda vão passar lá e quando sair do presídio. *“Eu ainda tenho tantos anos para ficar aqui”*; *“Vou sair com 47 anos, mais está bom”* e outro *brinca ninguém é culpado aqui”*. A professora comenta que só não são eles que sofrem, mas seus familiares. A professora ainda chama atenção de um aluno por cota das faltas, e ele responde: *É porque eu estava doente, mas eu não vou faltar mais não*. O lanche foi oferecido pão com suco, o suco o coordenador disse que teve que ir comprar para eles não comerem secos e alguns reclamam é só pão e o disseram que o suco estava ruim. Às 11hs são encerradas as aulas.

No quarto dia de estágio no PSCC, os professores da tarde chegaram as 14 hs os agentes estavam em um dos corredores estava um clima tenso e os professores ficaram aguardando na recepção, uns disseram baixinho “estão fazendo baculejo” baculejo no caso seria revistas ouvimos alguns gritos, mas ninguém fala nada é uma coisa do tipo não esta acontecendo nada e todos os professores e dois policiais civis que trabalham lá na recepção agindo todo mundo normalmente. Após 1 hora e 30 minutos de espera dos professores um dos policiais disse que os professores poderiam entrar. Os professores entraram e já desanimados com o atraso e sem ninguém para dizerem nada nenhuma explicações. Falaram com um dos privados de liberdade que abre os pavilhões e ele venho reclamar “ Eles ficam lá no banho de sol e não querem vim” então diante da situação os professores optaram por não da às aulas e explicaram a situação ao privado de liberdade para disserem aos outros o porquê da não aula de hoje e que amanhã teria normalmente. Ao saírem tinha uns alunos esperando nos pavilhões os professores conversaram com eles e foram embora. Ao irem saindo do pavilhão encontraram o diretor do Presídio que explicou que estava havendo uma troca de pavilhão e se desculpou pelo atraso da entrada dos professores, um dos professores também comentou com ele a questão do banho do sol, deles que já tinha sido combinado os que estudam de manha banho de sol à tarde e os alunos da tarde banho de sol de manha e também falaram que na próxima reunião irão falar da desistência e desmotivação dos alunos. Enquanto estávamos aguardando para entrar na escola os professores conversavam entre si dos numero de desistência dos alunos. Existem pouco estudando, ou seja, frequentando. Também mencionaram a falta de recursos “Não podemos levar nada, tenho que entrar com essa bolsa transparente”. Aos professores foram pedidos para entrarem com bolsas transparente e antes deles entrarem sempre a fiscalizações dos seus materiais, ou seja, poucos materiais que é permitido. Ao sairmos um dos privados de liberdade cobrou ao professor um livro de poemas e também perguntou se eu não tinha para levar pra ele, o professor disse que ele pretendia escrever um livro de poemas. Ainda um dos professores em nossas conversas informais faz um desabafo “Eles são tratados como bichos, monstros” só não são tratados como seres humanos” Não sei como eles conseguem passar anos aqui”. O mesmo ainda relatou que na conversa com um aluno privado de liberdade ele disse: “Isso aqui é melhor que minha casa” e contou um pouco da historia dele que estava lá por legitima defesa que seu irmão chegou bêbado, drogado em casa e na briga ele atingiu o irmão com uma faca. Os professores sempre relata historias e os porque de uns estarem no presídio. Nota-se que eles sempre tenta conversarem com os professores sobre as suas situações e histórias.

No quinto dia de estágio, os professores e o coordenador chegaram as 9 hs, com a merenda os mesmos justificaram o atraso por conta da merenda que tem que pegar na escola Estadual e falaram que a merendeira não faz merenda pro presídio e a merenda no PSCC só é servida nas terças e quintas e é sempre pão com iogurte às vezes sucos e ainda ela reclama da quantidade que trazem, pois elas dizem que o presídio não faz parte da escola para tarem pegando da merenda ou ela fazer alguma coisa. O coordenador falou que se atrasaram, pois a cozinha estava fechada e só chegou alguém às 8:30 para abrirem a sala da merenda. As 9hs entramos para sala de aula onde foi dia de prova uma professora foi para uma sala e o coordenador juntou duas turmas e ele mesmo aplicou uma prova de português me deu uma prova para eu olhar e falou que o pequeno texto de português um poema falando sobre o amor era autoria dele nesse dia juntando as duas salas tinha 21 alunos fazendo prova nessa sala. Os alunos fizeram a prova uns fizeram sozinhos outros olhando pelo dos colegas, logo após foi servido à merenda pão e iogurte, outra professora estava ornamentando o corredor da escola para a festa junina e um dos alunos com dons artísticos estava montando uns espantalhos. Depois todos foram dispensados. Foi observado alguns alunos pedindo cola disseram que era para colar umas fotos na parede, mas os professores disseram que não tinham, a professora que estava ornamentando o pátio também estava com bastante cuidado nas tesouras, mas no final sumiu uma tesoura. Também vale destacar a saída dos alunos no horário da aula para fumar os professores sempre chamam a atenção deles e para ele não ficarem andando nos corredores, pois já levaram reclamações dos agentes.

As aulas foram encerrada uma semana antes do previsto que pelo calendário do Estado seria dia um. Contudo os professores ainda se reuniram uma manhã para leitura e discussão do modulo II – currículo de uma apostila que tinha como titulo “Formação Continuada em serviço para professores que atuam na educação em prisões” nessa manhã eles se reuniram na escola Estadual só estavam presente 5 professores e o coordenador então conversei com eles e pedi permissão para aplicação das entrevista todos concordaram e responderam ali mesmo na sala. No momento que estavam respondendo as entrevistas ouve alguns relato dos professores falas que merecem ser destacadas:

“ Aqui não são lugar para vocês” A professora relator que já escutou essa frase de um agente; “Porque esses professores só vivem rindo?” professores já escutaram de agentes;

O coordenador falou que a escola a noite vai abrir no PSCC e brincou perguntando que vai lecionar lá à noite e alguns professores disseram que pode chamar que eles irão;

Uma professora falou – Quando voltarmos do recesso uns vão ter saídos

Uma professora ainda brincou quando leu a pergunta como é a relação dos professores com os alunos privados de liberdade_ Somos assim, os melhores amigos risos... E também falou que fica usando algumas gírias deles. E outro disse “ Eu estou na casa deles eu tenho que me dá bem ”

Também falaram da ultima formação, ou seja, da única que foi realizada em outra cidade que ainda não mandaram o dinheiro das passagens que eles tiraram do próprio bolso.

Experiência pessoal dos estágios

Pode observar que todos os professores, coordenador que lecionam/coordenador estão pela primeira vez no sistema carcerário que esta sendo uma experiência nova para todos. Vale salientar que o presídio completa dia 10 de julho 1 ano que foi inaugurado e que a escola só fazem 4 meses que está funcionando. Os professores não foram capacitados para irem trabalharem no sistema prisional precisava-se de professores e os contratados que leciona na escola estadual para preenchimento de sua horas aulas foram tipo “empurrados” para lecionar lá. Observa-se que ainda é um ambiente que requer atenções especiais e que os professores estão ainda se adequando ao ambiente não escolar convencional, sabemos que a sala de aula no presídio requer e exige uma atenção especial e que existem circunstancia que não é a mesma das salas de aula dentro de escolas. A convivência dos professores com os privados de liberdade é harmoniosa brincam, respeitam sorrir, procuram os professores para contarem suas historia e realidade. Os professores os chamam pelos nomes alguns brincam usando as gírias deles, alguns professores continuam com seus conteúdos formais e às vezes esquecem que precisam dentro dos conteúdos ou ate mesmo fora deles ofertar uma educação voltada para o processo de humanização e ressocialização. Uma das professoras falou de projetos que pretendem colocar em prática visando o processo de ressocialização e no começo do meu estágio pensando que eu iria trabalhar ali disse que queria me apresentar o projeto que ele pretende colocar e prática e contar com minha colaboração. Em relação aos alunos observa-se uns que estão lá nas salas de aula só por mera distração ficam brincando, conversando e saindo para fumar, contudo também tem aqueles que prestam atenção ao que esta sendo estudado, tentar fazer suas atividades sozinhos, reclama da conversas e saídas de outros. Também nota-se que eles buscam os professores como alguém que podem conversar que podem contar a realidade suas historias e que de alguma maneira pensam que os professores podem fazer algo por eles. Não podemos deixar de observar o relato de professores e alunos com agente e policias sobre o tratamento desumano com os privados de liberdade e

intimidação dos professores. No primeiro dia ao ficar esperando os professores chegarem um agente olha para mim e fala “aqui esta muito calmo não mataram ninguém e nem vi nenhuma cabeça rolando no chão”. O horário também não esta sendo cumprido pelos professores.

Contudo, a experiência foi muito significativa em aprendizado e a experiência do campo enriqueceu mais a minha relação prática e teoria.

ANEXOS

ANEXO I - MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS PROFESSORES DO PRESÍDIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

- 1- Qual o seu tempo de atuação em unidades prisionais? E na Penitenciária de Santa Cruz do Capibaribe? Qual é a sua carga horária de trabalho semanal? Qual o seu vínculo com o Governo do Estado?

Sujeito A: 4 meses. Também 4 meses. 40h semanais. Contrato temporário.

Sujeito B: Temporária. Tempo de atuação na unidade prisional quatro meses. Carga horária 40h.

Sujeito C: O primeiro ano. 200 horas semanais, professores contratados.

Sujeito D: Estou atuando há quatro meses nesta modalidade e já iniciei na unidade prisional de Santa Cruz do Capibaribe. Tenho lá doze aulas (dados) semanais nas turmas de EJA III e IV com as disciplinas de História e geografia e tenho um vínculo através de contrato temporário com o Estado.

Sujeito E: Meu tempo de atuação na unidade prisional é de quatro meses, 4 meses, minha carga horária é de 40h/a semanal, com contrato temporário (CLT).

- 2- Você já trabalhou com Educação Penitenciária antes? Onde? E quanto tempo?

Sujeito A: Não primeira vez

Sujeito B: Não

Sujeito C: Não

Sujeito D: Não

Sujeito E: Não, está sendo uma nova experiência.

- 3- Descreva um pouco sobre a sua experiência profissional na área de Educação. E qual é a sua formação pedagógica?

Sujeito A: Formação: Matemática. Está sendo rica em bagagem; Tensa devido a situações já vivenciadas na unidade; Estressante devido a outros fatores internos.

Sujeito B: Já atuo na educação 9 anos, já lecionei, Filosofia, Arte, História, Ciências, Sociologia e Geografia, nas redes municipais e estaduais. Formação Pedagogia.

Sujeito C: Eu sou formado em filosofia e em pedagogia pela UEPB. Ser professor sempre foi uma meta, um sonho; algo que desejei muito.

Sujeito D: Tenho seis anos de atuação na educação como professor na área de humanidades, o que me permite ter uma visão e uma atuação de maior proximidade com os alunos. Tenho formação pedagógica nesta área nos cursos de História e Ciências Sociais.

Sujeito E: Sou formada e pós-graduada em Licenciatura plena em Biologia, minha experiência na educação pública é diversificada, já trabalhei em projeto como o Travessia, Ensino fundamental, ensino médio, como também em ensino privado, em cursinho etc.

- 4- Como se deu a sua escolha para lecionar no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe? Você participou de alguma formação específica antes de lecionar no sistema prisional?

Sujeito A: Não se deu escolha. Ou era aquilo ou não era. Não participei de formação para atuar em unidades prisionais antes do início das aulas. Foi oferecida uma depois que iniciou, mas não participei.

Sujeito B: Foi uma proposta e por necessidade aceitei. Até o momento estou gostando.

Sujeito C: Eu fui convidado pela diretora, topei o desafio e aqui estou. Querendo mudar a realidade dura daqueles reeducandos. Não de início, hoje em dia participo.

Sujeito D: Por ser uma escola nova e dentro de uma unidade recém-inaugurada não houve formação antecipada de professores para atuar na unidade pois soma um anexo de uma escola estadual.

Sujeito E: Recebi a proposta da direção da escola, não participei de nenhuma formação.

- 5- Descreva os pontos positivos e negativos da sua experiência profissional no PSCC.

Positivos:

Sujeito A: Como pontos positivos eu destaco a confiança que eles, os presidiários, tem para com os professores, e também o respeito.

Sujeito B: Os educandos prestam atenção nas aulas e tem força de vontade de aprender.

Sujeito C: As descobertas diárias, o ambiente novo, fecundo onde posso me reinventar como profissional.

Sujeito D: A constante troca de experiência com os alunos me permite um crescimento considerável no campo subjetivo do conhecimento humano.

Sujeito E: Os educandos são disciplinados, consigo concluir com êxito a aula planejada, os resultados são satisfatórios.

Negativos:

Sujeito A: O deslocamento; a atuação dos agentes para com os presidiários.

Sujeito B: Falta de material de apoio.

Sujeito C: Sim, porém não com frequência, deveria ter mais.

Sujeito D: Temos dificuldade de transporte por ser fora do município (área urbana) e os horários as vezes é prejudicado por conta do trabalho interno dos agentes.

Sujeito E: Falta de material pedagógico, estrutura da escola ainda não corresponde.

6- Você tem apoio pedagógico da coordenação/direção da Escola? De qual forma?

Sujeito A: Em partes. Nunca foi dado as OTM's, por exemplo.

Sujeito B: Não respondeu

Sujeito C: Sim, um apoio além de tudo humano, bem como debates, palestras e elaboração de planos de ação.

Sujeito D: As vezes. Temos material pedagógico, porém falta estrutura e formação para atuação local.

Sujeito E: Temos sim, apesar de estarmos em fase inicial na unidade prisional, o coordenador está dando suporte.

7- É ofertado formação/capacitação específica para trabalhar com Educação Penitenciária? Com qual frequência?

Sujeito A: Sim. Não sei a frequência.

Sujeito B: Não respondeu

Sujeito C: Sim, porém não com frequência, deveria ter mais.

Sujeito D: Tem formação trimestral, mas não é específica para a realidade local. Sujeito

E: Sim, tivemos uma formação no mês de maio, junho e a terceira em agosto.

8- Para você qual a importância da educação desenvolvida no sistema prisional e quais seus objetivos?

Sujeito A: A importância de reinseri-los na vida em sociedade. Objetivos: Participar diretamente dessa inserção, e atuação como protagonistas.

Sujeito B: Para mostrar a sociedade que os apenados tem direito de serem resgatados, da vida que levam até então e inseri-los de novo a sociedade. Além do mais devem ser visto como cidadão, que tem respeito.

Sujeito C: A, sem dúvida é um desafio gigantesco, com frutos a serem colhidos no longo prazo. Tudo ainda é muito novo. Mais os meus objetivos são os melhores, no sentido de contribuir com a sociedade. Sobretudo com os presos, na vida social.

Sujeito D: Acredito que é de muita importância para a reintegração do aluno no seio da sociedade por isso visamos sempre a formação cidadã dos alunos nos nossos conteúdos.

Sujeito E: É importante porque estamos trabalhando a identidade do indivíduo; com o objetivo que ele reflita o seu papel como agente transformador de sua própria história. Meu objetivo transformador de sua própria história. Meu objetivo é conseguir trabalhar o lado humano de cada um.

9- O que você entende por Direitos Humanos?

Sujeito A: São direitos previstos na CF, mas que muitas vezes não são respeitados, assim como tantos outros.

Sujeito B: Que todos os indivíduos têm o direito de ser respeitados e serem respeitados por cidadãos.

Sujeito C: São aqueles direitos, básicos e fundamentais a que toda pessoa tem direito. Como a saúde, educação, moradia digna, trabalho, etc.

Sujeito D: É a valorização da cultura, das especificidades do ser humano. É o reconhecimento dos valores atribuídos a cada ser social.

Sujeito E: É que cada indivíduo tem deveres a cumprir na sociedade ao qual está inserido, logicamente tendo direitos que lhes resguarda.

10- A educação voltada para a promoção dos Direitos Humanos estar se fazendo presente no seu processo educacional? De qual forma?

Sujeito A: Está sim. Desde o respeito a diferenças socioculturais até a diferença de gêneros e identidades de gêneros.

Sujeito B: Pelo menos no ponto de vista está, pois, os tratos como educandos comuns, ou seja, como se fosse uma escola regular. Os chamo pelo nome, não faço diferença da aprendizagem da prisão ou da escola formal.

Sujeito C: Sim, na minha prática docente, com toda certeza. No momento em que debato com eles sobre os direitos humanos os quais todos devemos lutar e exigir.

Sujeito D: Sim, quando nos comprometemos em, além dos conteúdos pedagógicos, ou melhor, associando-os a eles, promover a interiorização da cidadania em cada um dos nossos alunos.

Sujeito E: Sim, dando garantia ao ensino, com direito a remissão, etc.

11- Você acha que o processo educacional que esta sendo ofertado no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe, está corroborando para o processo de ressocialização? De qual forma?

Sujeito A: Sim. Na unidade de SCC tem: Fabrico, escola, eletricista, cozinha, todas com os presidiários.

Sujeito B: Sim.

Sujeito C: Bem, eu tento, é meio como nadar contra a corrente. O sistema não ajuda, não contribui. O professor é visto como um inimigo, “espião”.

Sujeito D: Acredito que ainda estamos em processo de iniciação, mas acho que nossas práticas facilitam nesse processo.

Sujeito E: Sim, através do ensino-aprendizagem, motivação, atividades onde é trabalhado as habilidades de cada educando.

12- Como se dá sua relação interpessoal com a turma? Como você avalia os interesses dos alunos no PSCC?

Sujeito A: Relação: Excelente. Interesse: Mediano. Os alunos têm muito tempo para estudar, porém, não o fazem. Mas os que estudam, na sala demonstram interesse.

Sujeito B: Bem, pois o trato com respeito e amizade.

Sujeito C: Boa, eles gostam das aulas, seja por que estão aprendendo algo novo, ou pelo simples fato de saírem da cela para ter um contato com outro alguém de fora.

Sujeito D: Tenho uma boa interação, mesmo percebendo que boa parte não tem total interesse nos conteúdos.

Sujeito E: Tenho uma relação com os educandos, de respeito, amizade; vejo que eles são interessados em recuperar o tempo perdido em relação ao aprendizado em sala de aula.

13- É ofertado algum tipo de formação continuada da Secretaria de Educação de Pernambuco voltada para a educação penitenciária visando o processo de ressocialização?

Sujeito A: Não ainda não.

Sujeito B: Não, pois começamos agora.

Sujeito C: Não.

Sujeito D: Não, pelo menos até essa data não tivemos.

Sujeito E: Sim.

- 14- A partir da sua vivência no PSCC, como analisa a relação entre: direção, agentes penitenciários, guardas e detentos?

Sujeito A: Boa. Nunca vi nenhuma diferença no tratamento.

Sujeito B: As melhores possíveis.

Sujeito C: Um caso complicado. Não existe relação cordial é só porque é o jeito eles nos suportam a contra gosto. Falta dialogo e interação.

Sujeito D: Vejo pequenos conflitos, porém todos com prática resolução.

Sujeito E: Somos tratados com cordialidade.

- 15- Em sua opinião, qual tem sido a sua contribuição para o processo de ressocialização dos detentos?

Sujeito A: Importante. Tem muitos deles que dizem que voltarão a estudar.

Sujeito B: Tratando-os como seres humanos, o incentivando a aprendizagem, e como devem tratar seus companheiros com respeito.

Sujeito C: É como falei é complicado a realidade de lá é outra muito diferente. Existe muita violação de direitos humanos. Isso as vezes choca, não podemos falar tudo que presenciamos. É complicado mais ressocialização na prática...Não.

Sujeito D: Quando conciliamos o conteúdo pedagógico com a interação com os alunos e na troca de experiência podemos orientar as futuras praticas dos nossos alunos.

Sujeito E: Minha contribuição tem sido como trabalho de formiguinha. Devagar e sempre.

- 16- Para compreender sua experiência de trabalho no sistema prisional o que mais acrescentaria a sua fala, e para você tem algo mais relevante que não foi perguntado nessa entrevista?

Sujeito A: Não confie em agentes penitenciários. Nem em presidiários. Mas, todos tem jeito; sempre há uma solução.

Sujeito B: No começo tive medo, agora somos melhores amigos.

Sujeito C: Gostaria de ver uma educação, não só no presídio mais humana, pautada na valorização da dignidade humana. Ninguém merece ser agredido, estuprado, torturado... um erro nunca justifica o outro.

Sujeito D: A entrevista teve perguntas bastante pertinentes com uma ótima construção, acredito que meu pensamento sobre o assunto já foi contemplado nas perguntas feitas.

Sujeito E: Eu acredito que a educação prisional é de suma importância, desde que as esferas hierárquicas tenham o mesmo objetivo e direcionamento. Só assim teremos uma educação para todos.

Agradecida pela sua colaboração!

ANEXO II – ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM O COORDENADOR PEDAGÓGICO DO PRESÍDIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

1- Qual o seu tempo de atuação em unidades prisionais? E na Penitenciária de Santa Cruz do Capibaribe? Qual é a sua carga horária de trabalho semanal? Qual o seu vínculo com o Governo do Estado?

Primeiro ano, pois a Unidade Prisional foi inaugurada em 2015. Lá tenho uma carga horária de 200h/a e sou efetivo na Rede Estadual.

2- Você já trabalhou com Educação Penitenciária antes? Onde? E quanto tempo?

Não

3- Descreva um pouco sobre a sua experiência profissional na área de Educação. E qual é a sua formação pedagógica?

Sou professor de Língua Portuguesa com Especialização em Avaliação Educacional em Língua Portuguesa pela UFPE, fui gestor de várias escolas nos âmbitos municipal e estadual.

4- Como se deu sua escolha para assumir a coordenação escolar no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe? Você participou de alguma formação específica para trabalhar no sistema prisional?

Fui o primeiro professor a manifestar o interesse. Não houve de início formação, mas atualmente já participamos de uma na GRE.

5- Descreva os pontos positivos e negativos da sua experiência profissional no PSCC.

Positivos: Aprendizado constante que moldam o comportamento pedagógico e nos faz refletir sobre as nossas práticas dentro e fora da Escola.

Negativos: No momento, acostumar-se com todo um sistema que foje ao olhar da Educação.

6- Você tem apoio pedagógico da direção da Escola? De qual forma?

Temos. A equipe gestora nos dá todo suporte necessário.

7- São ofertadas formações específicas para trabalhar com Educação Penitenciária aos professores e coordenadores? Com qual frequência? E quem oferece essas formações?
No momento não.

8- Para você qual a importância da educação desenvolvida no sistema prisional e quais seus objetivos?

Levar ao reeducando uma visão de resgate dos valores intrínsecos no ser humano e buscar inserir no contexto social um novo ser.

9- O que você entende por Direitos Humanos?

Tudo aquilo que nos faz usufruir da liberdade de expressão, de todos os fatores que permeiam a existência de um ser para que ele sobreviva. Traduzo-os em uma palavra: ISONOMIA

10- A educação voltada para a promoção dos Direitos Humanos estar se fazendo presente no processo educacional do PSCC? De qual forma?

Sim, no âmbito escolar os direitos, respeito e a valorização do nosso aluno é o sustentáculo de tudo.

11- Você acha que o processo educacional que esta sendo ofertado no Presídio de Santa Cruz do Capibaribe, está corroborando para o processo de ressocialização? De qual forma?

Sim, usando todos os mecanismos pedagógicos e lúdicos em sala e no banho de sol.

12- Como se dá sua relação interpessoal com professores e alunos? Como você avalia os interesses educacionais dos alunos no PSCC?

Não

13- É ofertado algum tipo de formação continuada da Secretaria de Educação de Pernambuco voltada para a educação penitenciária visando o processo de ressocialização?

Não

14- Já foi relatado algum caso o qual mereça ser destacado, que precisou da sua intervenção com relação a comportamento de professores ou relação professores/alunos?

Já, mas a ética sempre prevaleceu, inclusive agora.

15- A partir da sua vivência na Penitenciária de SCC, como analisa a relação entre: direção, agentes penitenciários, guardas e detentos?

Uma boa relação.

16- Existem restrições do PSCC aos professores e coordenadores? Quais?

Não

17- Em sua opinião, qual tem sido sua contribuição para o processo de ressocialização dos detentos?

O olhar do professor e sua contribuição humanística a qual causa um grande impacto no reeducando.

18- Para compreender a sua experiência de trabalho no sistema prisional o que mais acrescentaria a sua fala, e para você tem algo mais relevante que não foi perguntado nessa entrevista.

A entrevista fez uma cobertura muito boa das questões prisionais.

INFORMAÇÕES DA ESCOLA NO PSCC

Total de alunos matriculados?

Existem 160 alunos

Total de alunos frequentando a escola?

Alunos que frequentam regularmente 100

alunos Faixa etária dos alunos matriculados?

Faixa etária 18 a 50 anos

Nível de escolaridade dos alunos

matriculados? Ensino Fundamental

Quando foi inaugurada a Escola na Penitenciária de

SCC? Foi inaugurado no dia 22 de fevereiro de 2016

Quantos professores lecionam nessa unidade prisional? E Quantos coordenadores?

9 professores

Horários de funcionamento da escola?

7:30 às 12 h e 13:30 às 7 h

A merenda é servida todos os dias? É a mesma que serve na escola Estadual?

Não é servida diariamente apenas dois dias por semana e é a mesma da Escola Estadual

Sobre o material pedagógico, são fornecidos materiais suficientes e necessários para a prática pedagógica?

Sim, todo material provém da Escola Estadual

Agradecida pela sua colaboração!